

LÍLIAN REJANE DA COSTA MINOTTO

**ESTUDO E ANÁLISE DE ANÁFORAS
ENCAPSULADORAS: O EDITORIAL EM FOCO**

Passo Fundo
2019

LÍLIAN REJANE DA COSTA MINOTTO

**ESTUDO E ANÁLISE DE ANÁFORAS ENCAPSULADORAS:
O EDITORIAL EM FOCO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras, sob orientação da Professora Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.

Passo Fundo
2019

CIP – Catalogação na Publicação

M666e Minotto, Lílian Rejane da Costa
Estudo e análise de anáforas encapsuladoras: o editorial em
foco / Lílian Rejane da Costa Minotto. – 2019.
69 f.; 30 cm.

Orientação: Profa. Dra. Claudia Stumpf Toldo Oudeste.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo
Fundo, 2019.

1. Linguística. 2. Texto. 3. Editorial. I. Oudeste, Claudia
Stumpf Toldo, orientadora. II. Título.

CDU: 801

Catalogação: Bibliotecária Marciéli de Oliveira - CRB 10/2113

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e a Nossa Senhora, pela força espiritual que me iluminou e guiou meus passos ao longo do caminho e durante o processo de elaboração deste trabalho.

Aos meus pais que sempre me incentivaram a estudar e não desistir dos meus sonhos.

Ao meu esposo Dolcemar e ao meu filho Matheus pelo incentivo, paciência e companheirismo nas horas mais difíceis.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, pelas experiências e aprendizagem construídas ao longo da realização do Mestrado.

A minha orientadora, Professora Doutora Claudia Stumpf Toldo Oudeste, pelo conhecimento compartilhado, pela amizade e por ser uma grande incentivadora da pesquisa. Agradeço imensamente o apoio e a orientação durante a construção desta dissertação.

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

Fernando Pessoa

RESUMO

O estudo tem como objeto o fenômeno da anáfora, especialmente a anáfora encapsuladora e seu funcionamento no texto jornalístico - editorial. A pesquisa tem natureza descritiva, analítica e bibliográfica, com abordagem qualitativa. O objetivo é realizar um estudo sobre as anáforas textuais, priorizando o estudo e a análise da anáfora encapsuladora, em editoriais, observando sua contribuição na construção do texto, bem como seu funcionamento sintático-semântico. Recorre-se à orientação dos princípios teórico-metodológicos da Linguística Textual abordados, principalmente, nos estudos de Conte (2003), Koch (1998) e Marcuschi (2003, 2012), Cavalcante (2005), Mondada e Dubois (2003), e Fávero (1991), tendo presente a importância do ensino da língua portuguesa na escola. Realizou-se a análise de *corpus* a partir de itens identificados nos processos referenciais presentes no texto, observando, principalmente, os casos de anáforas encapsuladoras e destacando as principais estratégias utilizadas pelo autor na elaboração de seu editorial. Destaca-se que a análise dessas anáforas encapsuladoras diz respeito ao sentido que elas constroem no texto em questão, observando seu funcionamento na organização interna do texto – neste caso, o editorial.

Palavras-chave: Linguística textual. Texto. Anáfora encapsuladora.

ABSTRACT

The study aims at the phenomenon of anaphora, especially the encapsulating anaphora and its functioning in the journalistic - editorial text. The research is descriptive, analytical and literature with a qualitative approach. The objective is to carry out a study on textual anaphora, prioritizing the study and analysis of encapsulating anaphora, in editorials, observing its contribution in the construction of the text, as well as its syntactic-semantic functioning. It is used the orientation about the methodological and theoretical principles of the textual linguistics where it is founded mainly at Conte (2003), Koch (1998) and Marcuschi (2003, 2012), Cavalcante (2005), Mondada and Dubois (2003), and Fávero (1991), bearing in mind the importance of teaching Portuguese in school. It is intending to constitute the analysis of corpus starting from identified items in the referential processes present in the text, mainly taking note of the cases of encapsulating anaphora and emphasizing the main strategies used by the author in the elaboration of his editorial. It should be note the analysis of these encapsulating anaphoraes due to the fact that they build sense up to the text, observing its functioning in the text's internal organization – in this case, the editorial.

Keywords: Textual linguistics. Text. Encapsulating anaphora.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Comparação entre introdução referencial e anáfora.....	30
Quadro 2	Características e diferenças no processo das anáforas diretas e indiretas	36
Quadro 3	Formas que a âncora pode assumir na anáfora associativa.....	38
Quadro 4	Editorial 1: Diga não ao trabalho infantil.....	50
Quadro 5	Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras do Editorial 1.....	51
Quadro 6	Editorial 2: Casa do futuro já é realidade	54
Quadro 7	Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras do Editorial 2.....	56
Quadro 8	Editorial 3: O novo profissional deve repensar o modo de se posicionar na sociedade.....	59
Quadro 9	Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras do Editorial 3.....	60

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A LINGUÍSTICA TEXTUAL: UMA PROPOSTA TEÓRICO- METODOLÓGICA DE ESTUDO DO TEXTO	10
2.1	PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS: A ORIGEM	11
2.2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: O CONCEITO DE TEXTO	13
2.3	DO TEXTO À TEXTUALIDADE: OS FATORES DA TESSITURA TEXTUAL ...	18
2.3.1	O fator da coesão textual	18
2.3.2	A coerência textual	20
2.3.3	A intertextualidade: o diálogo entre textos	21
2.3.4	A intencionalidade: a “mão” do produtor	22
2.3.5	A aceitabilidade: a presença do interlocutor	23
2.3.6	A informatividade: o diálogo entre o velho e o novo	24
2.3.7	A situacionalidade: a presença do contexto	25
2.4	A REFERENCIAÇÃO: UM PROCESSAMENTO DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL	26
3	O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO: O CASO DA ANÁFORA	28
3.1	CONCEITUANDO E CARACTERIZANDO AS ANÁFORAS	31
3.2	TIPOS DE ANÁFORAS: AS RETOMADAS NECESSÁRIAS	33
3.2.1	Anáforas correferenciais ou diretas	33
3.2.2	Anáforas não-correferenciais ou indiretas	35
3.2.2.1	<i>Anáforas associativas</i>	37
3.2.2.2	<i>Anáforas inferenciais</i>	39
3.2.2.3	<i>Anáforas encapsuladoras: o resumo para progressão textual</i>	40
4	METODOLOGIA E ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>	45
4.1	GÊNERO TEXTUAL: UMA MANIFESTAÇÃO DE LINGUAGEM	46
4.1.1	O gênero editorial: o foco deste trabalho	47
4.2	ANÁLISE DE <i>CORPUS</i>	48
4.2.1	Editorial 1	49
4.2.2	Editorial 2	53
4.2.3	Editorial 3	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
	REFERÊNCIAS	66

1 INTRODUÇÃO

Este estudo discute o processo de referenciação, dando ênfase à anáfora encapsuladora em editorial de jornal. Justifica-se a escolha por essa temática porque é através da leitura do texto que o usuário da língua desenvolve a organização do pensamento e do conhecimento. Nessa perspectiva, torna-se necessário criar uma postura pedagógica entre os estudiosos da língua que a tomam no ensino de Língua Portuguesa na escola, visando colaborar para que os alunos, ao longo das aulas, vejam o texto como um elemento fundamental do processo de aprendizagem.

Desse modo, o estudo das anáforas pode constituir-se numa importante estratégia para o trabalho do professor em sala de aula, dando oportunidade aos alunos perceberem o texto a partir de sua organização. O processo da referenciação auxilia na (re)construção de elementos essenciais para a organização interna do texto, bem como seu entendimento semântico. A análise do *corpus* nos diversos processos de referenciação dá condições para identificação das anáforas, mais especificamente, de formas anafóricas encapsuladoras. O interesse pelo estudo dessas formas está relacionado com a importância que essas estratégias possuem, permitindo que se compreenda o percurso de construção do sentido do texto. Nessa perspectiva, o estudo do texto se torna fundamentado, possibilitando uma melhor percepção acerca do seu sentido.

Este estudo possui caráter descritivo, bibliográfico e qualitativo, pois a finalidade é realizar uma análise sobre as anáforas encapsuladoras em editoriais e sua importância no processo de referenciação textual, bem como na construção do sentido do texto – o editorial. Os objetivos específicos envolvem: a) compreender como se estabelecem as formas anafóricas, a construção e a reconstrução de sentido dos objetos do discurso; b) entender como ocorre a construção de sentido nas anáforas encapsuladoras para a organização textual; c) estudar os princípios teórico-metodológicos da Linguística Textual, a fim de encontrar subsídios para analisar esse recurso de referenciação – a anáfora encapsuladora; d) evidenciar o uso e função das anáforas encapsuladoras no estudo do gênero textual, enfatizando o gênero editorial como *corpus* de análise.

O interesse no editorial está no caráter informativo e opinativo desse gênero textual, sendo a anáfora um recurso bastante utilizado para a constituição textual. Além disso, escolheu-se o texto jornalístico por ser um meio de comunicação de fácil acesso e publicado diariamente.

Considerando o objetivo geral deste trabalho, busca-se encontrar respostas para a seguinte pergunta: em que medida as relações anafóricas, em especial a anáfora

encapsuladora, constroem sentido no texto do gênero editorial, estabelecendo as cadeias tópicas e referenciais que organizam a coesão e a coerência do texto evidenciando sua textualidade?

O recorte teórico será o da linguística textual e seus principais representantes como Koch (1998, 2004a), Conte (2003), Marcuschi (2003, 2012), Cavalcante (2005), Mondada e Dubois (2003), e Fávero (1991). A questão teórica justifica-se por perceber que os estudos dentro da Linguística Textual têm evoluído bastante, a fim de esclarecer melhor as dúvidas acerca do seu funcionamento, tendo presente o ensino de língua portuguesa na escola, principalmente o trabalho do texto que nesse universo é prioridade. Além disso, essa construção tem revelado uma trajetória analítica ao longo do tempo acerca dos textos construídos nos diversos gêneros textuais, as funções discursivas dos processos anafóricos, entre outros casos.

O presente estudo é dividido em cinco capítulos. O primeiro refere-se a esta introdução, destacando o objeto e objetivos de estudo. O segundo apresenta o contexto histórico da Linguística Textual em diferentes abordagens e aspectos contextualizadores, especialmente a coerência e coesão. Nessa discussão, dá-se destaque para teóricos como Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012) e Marcuschi (1988). No terceiro capítulo, aborda-se o objeto motivador da reflexão – a referenciação e a anáfora textual e sua classificação como encapsuladora. Nessa parte constrói-se um panorama sobre esse conceito a partir de autores como Marcuschi (2001), Cavalcante (2003) e Koch (2005). Na quarta parte do trabalho, apresenta-se a metodologia e apresentação do *corpus*, com considerações sobre o gênero editorial, sendo realizada a análise de três textos publicados no Jornal Zero Hora. A última parte do estudo, quinto capítulo, traz as considerações finais elaboradas a partir do percurso construído no trabalho. Nessa etapa são apresentadas reflexões relativas ao processo de referenciação de um texto, considerando que o estudo das anáforas encapsuladoras no gênero editorial pode ser fundamental para o entendimento de seu funcionamento assim como a construção de seu sentido.

2 A LINGUÍSTICA TEXTUAL: UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA DE ESTUDO DO TEXTO

Este capítulo tem o objetivo de analisar os caminhos percorridos sobre os estudos do texto. Apresentam-se os momentos iniciais dessa proposta teórico-metodológica, destacando os pressupostos históricos a origem. Num segundo momento, abordam-se os pressupostos teóricos do conceito de texto, incluindo a discussão dos fatores da tessitura textual como coerência e coesão, situacionalidade, informatividade, considerados fatores pragmáticos, cognitivos e sociointeracionais, além do que vem sendo construído enquanto segmento científico que será apresentado no decorrer do presente estudo.

Precedente à década de 1960, os estudos linguísticos tinham como limite o estudo da frase, fonologia, morfologia e sintaxe frasal, ignorando os aspectos semânticos e contextuais em situações distintas de comunicação. Resultante dessa visão tradicional, as descrições da norma linguística são abstratas, reduzindo-se ao padrão da língua escrita, ignorando as diversas formas de uso e situações comunicativas e, por consequência, não dando conta das características do texto. Então, alguns docentes focavam e continuam focando seu trabalho na sala de aula a partir do estudo do vocabulário e das categorias gramaticais, e o ensino de produção textual nos desvios ortográficos e morfossintáticos. Coerência, coesão, progressão temática não se constituíam em objeto de preocupação (MARCUSCHI, 2005).

Entretanto, para Marcuschi (2005), no período após a década de 1960, inicia-se um novo ramo da Linguística - a Linguística Textual -, sendo a Alemanha considerada o berço dos seus estudos. Assim, três grandes momentos podem ser ressaltados no seu desenvolvimento. No início, os estudos eram focados nas relações interfrasais e transfrasais; posteriormente surge a gramática textual, demonstrando que o falante é dotado de uma competência linguística que lhe permite reconhecer e produzir textos coerentes. Somente mais tarde a Linguística do Texto surge de forma própria, voltada ao estudo dos aspectos de produção e interpretação de textos.

Constata-se, assim, que na comunicação o falante usa o texto e não frases, o que implica afirmar que nesse processo textos curtos ou longos, dependendo a intenção comunicativa, são importantes. No entanto, conforme Marcuschi (2005), essa simples afirmação foi fruto de inúmeros estudos e pesquisas sistemáticas, que foram capazes de romper com outros estudos realizados ao longo do tempo e que muitas vezes tornaram os princípios linguísticos cristalizados e estratificados.

Para ampliar essa discussão, destaca-se, a seguir, um olhar para a Linguística Textual, observando seu aspecto histórico, metodológico e conceitual.

2.1 PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS: A ORIGEM

A Linguística de texto, como é conhecida hoje, surgiu na década de 1960 e se expandiu rapidamente e em várias direções, tendo como viés principal de estudo de seu objeto de investigação: o texto. Foi Conte (1977) o responsável por distinguir os três momentos da passagem da teoria da frase para a teoria do texto, a partir da análise transfrástica, passando para as gramáticas textuais, até chegar a teoria ou linguística do texto. Conforme a autora não se trata distinguir cronologicamente, mas sim trazer uma ordem tipológica a partir da necessidade de superar os limites da frase e considerar certos fenômenos.

Assim, esses parâmetros em relação à Linguística Textual afloraram a partir do momento em que esse estudo introduziu uma fase de maturidade e de fortalecimento, por meio de bases sólidas e autossuficientes. Foram várias as tentativas para ampliação da linguística da frase, porém sem sucesso, acabando por serem abandonadas. E, assim, por meio da segmentação, chega-se à unidade altamente hierarquizada o texto, classificando em unidades menores. Entretanto, essa classificação só seria efetuada se os elementos individuais não perdessem a função textual, pois, já que o texto era considerado muito mais que um aglomerado de frases se supõe que a compreensão e a produção de textos dependam de uma capacidade específica de cada falante.

Conforme Marcuschi (2012), a Linguística Textual aparece como uma linha do Funcionalismo Linguístico¹, considerado um paradigma de estudos que envolve o contexto de uso e efetivo exercício linguístico a partir de falantes concretos, deixando de lado a ideia de um falante ideal.

Desde logo, gostaria de deixar claro que a Linguística Textual abordada em sentido estrito, é algo bem diverso da análise literária: também é diferente da retórica e da estilística, embora evidencie parentescos com ambas. Configura uma linha de investigação interdisciplinar dentro da linguística e como tal exige métodos e categorias de várias procedências. Basicamente, trata dos processos e regularidades gerais e específicos segundo os quais se produz, constitui, compreende e descreve o fenômeno texto. (MARCUSCHI, 2012, p. 17).

¹ A essência do funcionalismo encontra-se na Antiguidade Clássica, quando os retóricos já valorizavam a língua em uso ao construírem textos falados, a fim de obterem melhores efeitos no que concerne à persuasão diante do público.

Assim, com a iniciação dos estudos sobre o texto, surge um esforço teórico com expectativas de uma metodologia bem diferente, despertando um novo estudo no campo do saber diferenciado do estudo da Linguística Estrutural² que envolve língua como sistema e como código, considerando sua função como meramente informal. Nessa perspectiva, o processo da Linguística Textual não se constitui de forma única e uniforme. Segundo Marcuschi (1998), surgiu de forma autônoma na investigação e sempre com uma motivação interna em muitos países da Europa. O autor também afirma que um texto pode ultrapassar e violar regras de gramática de frase, para envolver alguns fenômenos que ultrapassam o âmbito da frase; o sujeito e a situação comunicativa. Assim a Linguística Textual desenvolve-se em torno de conceitos sobre o texto e seus fatores de conexão sequencial. Koch (1997) traz o seguinte conceito da Linguística Textual:

[...] aquela que se propõe como tarefa investigar a constituição, o funcionamento, a produção e a compreensão dos textos. Os textos passam a ser estudados dentro de seu contexto pragmático, isto é, o âmbito de investigação se estende do texto ao contexto, entendido, de modo geral, como o conjunto de condições - externas ao texto - da produção, recepção e interpretação dos textos. [...] (KOCH, 1997, p. 70).

A evolução dos estudos do texto foi notória, devido à persistência de alguns estudiosos em ter outro olhar sobre os estudos linguísticos, tendo como principal objeto de pesquisa, o texto. Alguns linguistas chegam a afirmar que o texto é a única forma através da qual o ser humano se expressa linguisticamente.

Ao abordar sobre a história da Linguística Textual e seus precursores, não se pode deixar de elencar suas fases, pois, para Bentes (2001), na história da constituição não segue um caminho cronológico e homogêneo a partir das teorias da Linguística de Texto, porém, podem ser verificados três momentos teóricos e distintos entre si.

Koch (2004a), em seus estudos, faz uma referência sobre as três fases. A primeira, a fase transfrástica, é uma análise apenas restritiva a elementos coesos relacionados e que não se ligavam à complexidade do texto, porém, com o passar dos estudos da gramática de texto, este virou destaque dando ênfase às regras na elaboração e compreensão do discurso dos falantes. Entretanto, as gramáticas de frase tinham como unidade de estudo o enunciado (tomado como uma estrutura completa a frase). Assim, foi observado que essas gramáticas apresentavam limitações, já que não traziam os fatores que ultrapassavam o limite das frases, podendo ser analisadas no interior do texto como, por exemplo, acontece com a co-referência,

² Expande-se no século XX quando ocorre o aumento das pesquisas linguísticas e tinha como foco estudar a frase em sua estrutura e seus aspectos formalísticos.

isto é, reativa uma expressão mencionada no texto em que se observa a concordância em número e gênero.

A segunda fase é a da gramática de texto, que segundo Marcuschi (1998), destaca o texto como objeto da linguística, procurando construir um processo sistemático de regras que todos os usuários da língua pudessem compartilhar. Tal sistema permitiria que os usuários identificassem se uma determinada sequência de frases constitui ou não um texto e se esse texto é bem formado. Assim, os estudiosos iniciaram a elaboração de uma teoria de texto que o considerava não mais como um produto inacabado, mas resultado de um processo que relaciona aspectos sociais, cognitivos, interacionais e comunicativos, em que seu sentido se constrói nas relações estabelecidas no e pelo texto, destacando seu leitor.

A terceira e última fase é a da elaboração de uma teoria de texto, iniciada no final da década de 1970, e que, de acordo com Marcuschi (1998), deixa de dar enfoque à competência textual passando a textualidade a ser considerada. Nesse processo, a Linguística Textual dá ênfase ao contexto, isto é, aquele conjunto de elementos externos à língua, mas que fazem parte do processo comunicativo e estão presentes na produção, recepção e interpretação de texto.

Vale ressaltar que essa fase da Linguística Textual apresenta um caráter de maior interação, considerando aspectos contextuais da comunicação que ocorre entre os diferentes tipos de interlocutores. Além disso, considera o texto como algo inacabado, em permanente processo construtivo e que envolve o sujeito que o desenvolve e também os aspectos do conhecimento e da vida social.

Dando seguimento à discussão, destacam-se na sequência considerações acerca da Linguística Textual a partir do seu principal objeto de investigação o texto.

2.2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS: O CONCEITO DE TEXTO

Consoante aos elementos abordados anteriormente, sabe-se que a produção linguística se dá em textos e não em palavras isoladas. Assim, o texto foi definido, de forma generalista, como uma coerente continuidade de sentenças. A partir desse pressuposto, é importante fazer uma análise do conceito de texto bem como a definição de uma de suas principais características: a textualidade e seus principais fatores que serão tratados individualmente no item 1.3. Dentro dos princípios da textualidade, aborda-se um elemento que será trabalhado na análise, sendo mostrado posteriormente neste estudo por meio do desenvolvimento do processo de referenciação.

O conceito daquilo que se considera texto no âmbito da Linguística Textual sofreu modificações com o tempo e muda de acordo com cada corrente teórica. De maneira geral, pode-se dizer que o texto foi visto como unidade linguística, envolvendo a frase a partir de um sistema de sucessão ou combinação, além de pronominalizações ininterruptas e cadeia de isotopias, constituindo-se em um complexo de proposições semânticas (SILVA, 2006). Assim, o texto foi sendo estudado dentro de seu contexto pragmático, considerando a presença de elementos externos da sua produção, recepção e interpretação.

Contudo, é relevante considerar o texto em seu caráter inacabado e de permanente construção. Por ser uma manifestação verbal, o texto envolve elementos linguísticos selecionados de forma intencional e que são ordenados a partir de uma sequência que leva em conta a atividade verbal. Essa interação traz ao texto não apenas elementos semânticos, mas também processos cognitivos e que envolvem as práticas socioculturais (KOCH, 1997).

Conforme Marcuschi (1983), o texto é uma unidade comunicativa que envolve tanto um nível de uso quanto um nível de sistema. Por isso a linguística considerava o texto como um ato de comunicação unificado num complexo universo de ações humanas. Em contraponto, Marcuschi (2012) repensa a concepção de texto dada em 1983 e afirma que o texto é uma reconstrução do mundo e não uma simples refração ou reflexo. Assim, gradativamente os estudos com referência ao texto ultrapassaram os limites da frase.

Segundo Koch (1997), a uma variação acerca do conceito de texto, considerando-o desde a unidade linguística (do sistema) superior à frase até o complexo de proposições semânticas. A concepção primária via o texto como uma estrutura pronta e acabada, resultado de uma competência linguística social e idealizada.

Na perspectiva teórica, Koch (2009) afirma que o texto não se limita a elementos linguísticos ou tão somente na atividade cognitiva subjetiva, mas sim, envolve a comunicação como fenômeno relevante socialmente e que faz com que o texto dependa de uma rede complexa de fatores ligadas tanto ao (co)texto quanto ao (con)texto, aos quais são responsáveis por sua transformação, recuperando o fator da inserção sociodiscursiva da textualidade.

Desse modo, a textualidade é produto de uma operação de textualização, sendo o resultado final obtido a partir de operações produzidas em multiníveis e multissistemas (MARCUSCHI, 2008, p. 97). Essa afirmação trazida pelo autor mostra que o texto não é apenas um princípio formal e sim uma prática linguística a que titulamos de fato

comunicativo e que completa condição, não simplesmente formal. O texto é uma proposta de sentidos e ele só se completa com a informação decorrente de seu leitor.

Diante dessas constatações, dá-se seqüência às definições de texto com critérios temáticos e transcendentais ao texto, ou seja, que dão ênfase às sentenças em seu funcionamento mais expandido no processo de comunicação e não somente no domínio da estrutura linguística.

As definições de texto que propõem critérios mais amplos que os puramente linguísticos o tomam como uma unidade comunicativa e não como uma simples unidade linguística. A partir disso, temos algumas definições de textos em seu funcionamento mais amplo no processo de comunicação e não apenas no âmbito da estrutura linguística.

Partindo da teoria de Van Dijk (1981, apud KOCH e TRAVAGLIA, 1993), o texto é uma estrutura direcionada por uma estrutura semântica complexa e motivada. O autor apresenta duas noções básicas da gramática: a estrutura superficial e a estrutura mais profunda. São essas estruturas que possibilitam a coerência do texto, permitindo que consigamos resumi-lo, memorizar conteúdos longos e escrever de forma diversificada o mesmo conteúdo.

O texto torna-se a unidade linguística por excelência. A gramática textual tem como função principal especificar estruturas linguísticas mais profundas, ou seja, as macroestruturas textuais. Diante disso, era necessário que as gramáticas dessem suporte à interpretação de enunciados mais complexos constituídos por seqüências de frases, determinando relações de ordem semântica (VAN DIJK, 1981 apud KOCH; TRAVAGLIA, 1993).

Numa outra perspectiva, Schmidt (1978, p. 45) define texto como um elemento expressivo que forma um conjunto linguístico num ato de comunicação (no âmbito de um jogo de ação comunicativa), sendo orientado para exercer uma função comunicativa reconhecível. Ainda para Schmidt (1978, p. 43), o texto é definido como uma unidade comunicativa tematicamente orientada que realiza um potencial implícito na ação comunicativa. O autor evita a noção de frase e de coerência, introduzindo como essencial o elemento pragmático, sendo sua percepção sobre o texto como qualquer expressão de um conjunto linguístico num ato de comunicação desde que seja tematicamente orientada.

Na visão de Halliday e Hassan (1976, apud MARCUSCHI, 2012), um texto é uma unidade em uso, não podendo ser definido apenas por sua extensão e unidade gramatical. Para esses autores um texto é uma unidade semântica, não sendo uma unidade de forma e sim de sentido. Diante disso, o texto não é produzido em sentenças, pois ele apenas se realiza em

sentenças, de modo que não se dá a integração entre as partes como as partes de uma sentença se unem entre si.

Outros autores obtiveram representatividade no estudo do texto. Marcuschi (2008, p. 79) afirma que o texto se constitui como um ato comunicativo unificado a partir de um universo amplo de ações alternativas e colaborativas. Sendo assim, o texto não pode ser considerado como um produto, mas um fenômeno, do qual, sua existência depende quando é processado por alguém em um determinado contexto. No entanto, suas características têm relação com a natureza sociodiscursiva, conduzidas de forma cognitiva e não de fatores imanentes, sendo o texto um objeto de investigação e tornando-se relevante destacar os elementos que contribuem para o seu processamento.

Dentro dessa perspectiva, o texto pode ser conceituado como uma manifestação verbal composta de elementos linguísticos selecionados e ordenados pelos falantes, permitindo a interação e envolvendo conteúdos semânticos e práticas socioculturais (KOCH, 1992).

Desta forma, a Teoria ou Linguística do texto vai intensificando o diálogo que já há muito vinha travando com as demais ciências do homem, por exemplo, com a filosofia da linguagem, a Psicologia cognitiva e Social, a sociologia interpretativa, a Etnometodologia, a Etnografia da fala e, mais recentemente, com a ciência da cognição e a neurologia, tornando-se, cada vez, um domínio multi e interdisciplinar, em que se busca explicar como se dá a interação social por meio desse objeto multifacetado que é o texto- fruto de um processo extremamente complexo de produção de linguagem, que traz em seu bojo as marcas desse processo e, portanto, as pistas ou chaves para a sua decifração, no jogo de produção de sentidos (KOCH, 1997, p. 75).

Jamais se pode considerar o texto como pronto e acabado por aquele que o constrói, uma vez que seu processo de construção e de interação, pode atribuir a ele os mais variados sentidos. Acontece uma dependência singular do contexto e tudo está entrelaçado no conhecimento de mundo e linguístico do receptor (e, intrinsecamente, de seu produtor), o qual atribui o seu significado de acordo com os seus interesses e experiências socioculturais.

O sociointeracionismo nos faz compreender a linguagem como uma prática dividida entre o intercognitivo, o qual relaciona o sujeito e o mundo; e também o intracognitivo, que abrange a linguagem e a cognição. Assim, no que se refere ao estudo do texto, as ciências ampliaram sua dimensão que vem se desenvolvendo até os dias atuais.

Sobre o conhecimento de mundo destaca-se que o mesmo vai sendo estabelecido e armazenado na memória em forma de blocos, constituindo-se em unidades de conhecimento que depois fazem parte do processo comunicativo, inclusive na produção e interpretação do texto.

O conceito é um bloco de instruções para operações cognitivas e comunicativas, é uma configuração de conhecimentos estruturados em uma unidade consistente, mas não monolítica ou estanque. Dividem os conceitos em primários (objetos, situações, eventos, ações) e secundários (estado, agente, entidade afetada, relação, atributo, localização, tempo, etc.) e propõe um modelo de funcionamento dos conceitos no processo de compreensão do texto. Neste modelo, os conceitos primários seriam os candidatos mais prováveis a centros de controle no texto, a partir dos quais se pode processá-lo na construção da continuidade de sentido que estabelece a coerência (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981 apud KOCH, 1992, p. 63).

O que se pode perceber é que os blocos são as estruturas cognitivas que instituem nosso conhecimento convencional de mundo em conjuntos bem integrados. Johnson-Laird (1981 apud MARCUSCHI, 2012) acha que a interpretação de sentenças depende do conhecimento de mundo e que a reprodução intelectual de um axioma pode tomar a forma de um modelo interno do estado de coisas, caracterizada pela frase e que o autor chama de modelo mental. Muitos dos procedimentos tomam como base comum de conhecimento, inclusive fatos sobre o mundo, a língua e as convenções que governam a conversação.

Desse modo, se o conhecimento de mundo se torna importante para o processo de compreensão textual, pois tanto o emissor quanto o receptor têm conhecimentos de mundo construídos. Esse saber compartilhado determina a estrutura informacional do texto em termos, do que se convencionou chamar de dado novo. A noção de ‘dado novo’ tem apresentado oscilações no decorrer do tempo. Prince (1981 apud KOCH e TRAVAGLIA, 1993) discute as principais propostas a partir da visão de texto como um conjunto de instruções de um falante para um ouvinte sobre como construir um modelo de discurso particular.

Diante das mais variadas definições sobre o texto, pode-se dizer que ele resulta das operações que dominam e regulam as unidades morfológicas, as sentenças e os sentidos durante o emprego do sistema linguístico num fato comunicativo. O texto está submetido a estruturas internas e externas de modo que uma linguística textual razoável não deve considerar a estrutura linguística como fator único para a produção, estabilidade e funcionamento do texto. O texto constrói uma rede multidimensional e é resultado de um processo de diversos fatores cognitivos desde a sua produção até recepção e entendimento.

A seguir, faz-se uma reflexão acerca dos aspectos de relevância para o sentido do texto e dos prováveis caminhos representados através da sua significação.

2.3 DO TEXTO À TEXTUALIDADE: OS FATORES DA TESSITURA TEXTUAL

A textualidade envolve um conjunto de peculiaridades que tornam o texto um texto em si, e não apenas uma sequência de frases. Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012) citam os sete elementos que são responsáveis pela construção da textualidade no discurso: coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade. Todas essas variáveis têm relação com os fatores pragmáticos presentes no processo sociocomunicativo.

Como já citado anteriormente, na terceira fase sobre a elaboração de uma teoria de texto, Marcuschi (1988) destacou que no final da década de setenta ocorreu uma modificação no enfoque da textualidade. Deixou-se de lado a competência textual para dar destaque à Linguística Textual e a importância de considerar o contexto, ou seja, o conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto.

Dentre tantos conceitos preestabelecidos, os que se expandiram foram a coerência e a coesão textuais, sendo vistas como uma espécie de tecido cujos fios se entrelaçam, formando a tessitura do texto. Passemos a esses conceitos caros à Linguística Textual, tendo presente a construção sintático-semântica de textos.

2.3.1 O fator da coesão textual

O conceito de coesão textual é comumente considerado como o modo como os elementos linguísticos que fazem parte do texto estão associados e se interconectam a partir de diferentes recursos linguísticos, de modo a formar a tessitura textual ou uma unidade qualitativa superior à da frase. A maioria dos estudiosos passou a dividir os recursos coesivos em dois grupos responsáveis pelos dois grandes movimentos de construção do texto: um refere-se à referência e à remissão a elementos anteriores ao texto; e o outro faz referência aos elementos responsáveis à progressão do texto, ou seja, a coesão sequencial.

Quando surgiu a Linguística Textual, a coesão referencial exercia a função de permitir ao produtor do texto remeter, por meio de um elemento linguístico a outros elementos textuais, anteriores (anáfora) ou subsequentes (catáfora). Entre os recursos para aplicar a coesão referencial num texto pode-se dar destaque para os elementos de ordem gramatical e os de ordem lexical. Os elementos de ordem gramatical são os pronomes, numerais, artigo definido e alguns advérbios, lembrando que eles têm no texto função coesiva, pois nem

sempre atuam coesivamente. Os outros, considerados de ordem lexical, são os sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos e formas nominais, inclusive nominalizações (KOCH, 2004a).

A coesão é um conceito semântico referente às relações de sentido que se estabelece entre os enunciados que compõem o texto; assim, a interpretação de um elemento depende da interpretação de outro. O sistema linguístico está organizado em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico ortográfico (expressão). Os significados estão codificados como formas e estas, realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico (FÁVERO, 1991, p. 9).

Perante todos esses conceitos preestabelecidos, convencionou-se denominar como coesão o modo pelo qual os elementos inerentes à língua, presentes na superfície do texto, se relacionam através de interconexões, principalmente sintáticas. Os pesquisadores dividiram esses elementos em dois grupos, ou seja, coesão remissiva ou referencial que se referem a elementos anteriores no texto, e a coesão sequencial que ao contrário do primeiro está relacionada aos aspectos que promovem a progressão ao texto (KOCH, 2004a). Assim, o texto continua evoluindo, se compararmos aos primórdios da Linguística Textual, partindo do nível interfrasal e chegando ao macroestrutural.

Os fatores que regem as conexões sequenciais, conhecidos como coesão, formam parte dos princípios constitutivos da textualidade. Esses fatores consolidam a estruturação da sequência superficial do texto, envolvendo não apenas princípios sintáticos, mas também a semântica da sintaxe textual que faz a análise de como as pessoas usam os padrões formais para transmitir conhecimento e sentidos. Portanto, as categorias textuais devem abranger tanto aspectos sintáticos como os semânticos e pragmáticos, já que o texto deve ser compreendido como resultado de uma sequência de ações de linguagem seja escrito ou falado, e não uma sequência coesa de frases.

Se a coesão se dava como a conexão sequencial da superfície do texto, sobretudo ao nível microtextual, a coerência é o nível da conexão conceitual e estruturação de sentido, sendo observada de certo modo no âmbito da macrotextualidade. Pode-se afirmar que a coerência é construída a partir da interação e interlocução dos falantes dentro de uma situação comunicativa, sendo responsável por dar sentido ao texto. Assim, ela pode ser vista também no âmbito da compreensão e inteligibilidade do texto, considerando numa situação de comunicação a capacidade do receptor em interpretar e dar sentido ao texto.

A seguir apresenta-se o conceito de coerência textual, responsável por garantir que um texto seja um texto e não um amontoado de frases.

2.3.2 A coerência textual

O sentido do texto vai além da superfície textual, ou seja, o sentido das expressões envolve também conhecimentos de mundo, experiências do cotidiano, atitudes ou intenções que fazem parte dos aspectos não linguísticos, mas que estão presentes no texto (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981 apud MARCUSCHI, 2012). É por isso que não se pode afirmar categoricamente que um texto é em si coerente ou incoerente, uma vez que deve se levar em conta o contexto e a situação em que ele foi produzido.

A coerência, por sua vez, manifestada em grande parte macro textualmente, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações subjacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim, a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos (FÁVERO, 1991, p. 10).

A coerência constitui-se como uma sequência de sentidos que se percebe ao longo do texto, resultando numa conexão entre elementos conceituais e cognitivos. Tal conexão é ampla, não dependendo apenas de fatores socioculturais, mas também da cognição e de fatores interpessoais dos interlocutores no âmbito da ação comunicativa.

Importante considerar o que diz Marcuschi (1988), destacando que os termos ‘coesão’ e ‘coerência’ estão longe de uma definição clara. Na conversação, a coesão é identificada a partir de elementos formais, uma vez que o texto ocorre de forma dialógica. Já a coerência não é uma unidade de sentido, pois está relacionada à função interpretativa. Assim, o entendimento entre dois interlocutores ocorre não apenas pela coerência naquilo que dizem, mas também pelo conhecimento que possuem acerca daquilo que está sendo compartilhado pelo texto.

A distinção entre coesão e coerência não pode ser estabelecida de maneira radical, consideradas dois fenômenos independentes, pois, como vimos, nem sempre a coesão se estabelece de forma unívoca entre elementos presentes na superfície textual. Desta maneira, sempre que se faz necessário um cálculo do sentido, com recurso a elementos contextuais - em particular os de ordem sócio cognitiva e interacional -, já nos encontramos no domínio da coerência. Além do mais, os dois grandes movimentos responsáveis pela estruturação do texto - o de retrospecto e o de prospecção -, realizados em grande parte por meio de recursos coesivos, são determinantes para a produção dos sentidos e, portanto, para a construção da coerência. Passou-se, também a postular uma coerência pragmática, relacionada, sobretudo, com os atos e macro atos da fala. Muitos autores passaram, então, a reivindicar que a coerência se constrói por meio de processos cognitivos operantes na mente dos usuários, desencadeados pelo texto seu contexto, razão pela qual a ausência de elementos coesivos não é, necessariamente, um obstáculo para a construção (KOCH, 1997, p. 46).

A coerência não pode ser concebida apenas como um item de textualidade. Ela é um elemento baseado tanto no usuário quanto no texto onde estão envolvidos mecanismos de produção e processos sociocognitivos do leitor. Desse modo, o texto por si só não se organiza sem alguns critérios de construção textual do sentido focado no usuário. Assim, destacam-se três elementos que devem ser enfatizados nesse processo: a intertextualidade, a intencionalidade e a aceitabilidade.

2.3.3 A intertextualidade: o diálogo entre textos

O fator da intertextualidade permite uma relação de comunicação de um texto com outros textos, nos mostrando a interdependência de um texto com o outro, porque ele só tem sentido se comparado com outro.

Para a compreensão do sentido de um texto há outros fatores que também são importantes. A intertextualidade é um desses elementos, sendo que de acordo com Koch (1990), torna-se um fator de coerência significativo, exigindo um conhecimento prévio de outros textos. A autora afirma ainda que todo texto possui em seu interior outros textos, em diferentes e variados níveis, a partir de formas que podem ser reconhecidas de forma mais ou menos efetiva. Assim:

[...] todo texto é um objeto heterogêneo que revela uma relação radical de seu interior com seu exterior; e desse exterior, evidentemente, fazem parte outros textos que lhe dão origem, que o predeterminam, com os quais dialoga, que retoma, a que alude ou a que se opõe. [...] Essas formas de relacionamento entre textos são, como se verá, bastante variadas (KOCH, 1997, p. 46).

No cotidiano, muitas vezes não se percebe a prática da intertextualidade na elaboração dos próprios textos, nem mesmo nós, leitores não fazemos uso do nosso conhecimento sobre outros textos, atribuindo sentido às várias formas textuais com as quais nos deparamos. Conforme Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012), a intertextualidade abrange as várias formas de produção e recepção do texto, e os fatores relacionados aos próprios interlocutores:

Os fatores ligados a conteúdo são bastante evidentes e se ligam a questões de conhecimento de mundo. Um exemplo seria o fato de nos referirmos, neste texto, a atos da fala, força ilocucionária, condições de felicidade sem nos preocuparmos em explicar o que sejam, remetendo intertextualmente, a outros textos da ciência linguística que tratam do assunto. Dessa forma, o entendimento desse texto depende do conhecimento de outros e, portanto, também sua coerência (BEAUGRANDE; DRESSLER, 1981, apud KOCH; TRAVAGLIA, 1993, p. 88).

Para compreender a relação que um texto depende de outros textos para ter sentido, os estudiosos fizeram com que a intertextualidade se tornasse objeto de estudo. Consoante a Koch (2009), a intertextualidade pode estar relacionada a conteúdo, à forma ou a tipos textuais. Os aspectos relacionados ao conteúdo prevalecem no modo do conhecimento de mundo. Assim o interlocutor faz uma análise entre textos que falam do mesmo assunto para ajudar na compreensão. Com referência a forma ou tipos textuais, a intertextualidade tem relação à estrutura de cada tipologia textual ou aos aspectos formais linguísticos. Sendo assim, esse aspecto pode se revelar quando surge o emprego de um determinado texto para a produção de outro, reproduzindo suas propriedades de linguagem, estrutura e recursos a partir de outros contextos e com outras finalidades, mas que gerem o mesmo efeito.

Conforme Marcuschi (2008), a intertextualidade é o conjunto das relações, sejam elas implícitas ou explícitas, que um texto ou um grupo de textos mantém com outros textos colaborando com a coerência textual que faz compreender o sentido do texto. Todos esses elementos sobre a intertextualidade influenciam tanto o processo de produção como o de compreensão de textos e implicam o trabalho pedagógico com o texto. Por outro lado, para que o sujeito use o texto nas suas intenções comunicativas usamos a intencionalidade, que será discutida a seguir.

2.3.4 A intencionalidade: a “mão” do produtor

A intencionalidade está diretamente inclusa aos mais variados modos por meio dos quais o sujeito usa o texto na realização de seus propósitos comunicativos. Entretanto, essa intenção deve ser coesa e coerente. Ao contrário à intencionalidade está a aceitabilidade. Porém, sua realização exige que o emissor e o receptor criem um desempenho interativo.

Segundo Koch (2009), a intencionalidade pode ser adotada tanto em sentido restrito como em sentido amplo. Quanto ao sentido restrito, é desenvolvida quando numa manifestação linguística não está ligada à coerência e à coesão, com o intuito de causar certo impacto. No sentido amplo, vai depender da maneira como o emissor se utiliza dos textos para atingir seus objetivos de comunicação. Conforme a intenção do emissor é que são feitas as escolhas linguísticas. Desse modo, empregam-se conhecimentos e organiza-se uma argumentação na construção do texto.

Koch (1984) diz que a atividade de interpretação se fundamenta na certeza de que a produção textual, seja falada ou escrita, traz intenções que o levam a uma previsão acerca das

diversas interpretações que podem surgir. A intencionalidade define a coerência, considerando um princípio de interpretação a qual julgamos que o texto faz sentido e é coerente.

[...] o produtor de um texto tem, necessariamente, determinados objetivos ou propósitos, que vão desde a simples intenção de estabelecer ou manter o contato com o receptor até a de levá-lo a partilhar de suas opiniões ou a agir ou comportar-se de determinada maneira. Assim, a intencionalidade refere-se ao modo como os emissores usam textos para perseguir e realizar suas intenções, produzindo, para tanto, textos adequados à obtenção dos efeitos desejados (KOCH; TRAVAGLIA 2015, p. 97).

Para os autores, todo texto tem uma intenção por trás do dito, existindo uma argumentatividade que tenta persuadir e convencer o leitor. A produção de um texto tem sempre um objetivo, sendo que este deve ser claramente identificado pelo leitor para que seja compatível com a ideia de quem elabora.

Na próxima seção, apresenta-se o fator textual da aceitabilidade, baseado no estudo de Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012).

2.3.5 A aceitabilidade: a presença do interlocutor

A aceitabilidade, segundo Beaugrand e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012), pode ser vista como um fator que permite uma interpretação, considerando a presença no texto de coerência e coesão, ou seja, que o torne aceitável. Isso porque a aceitabilidade está relacionada à atitude de recepção acerca daquela manifestação linguística, onde o aspecto coesivo e coerente está relacionado também com relevância do texto para o leitor.

Para Marcuschi (2008 p. 128), a aceitabilidade está relacionada à questão da significação, não se reduzindo apenas à forma. Nesse sentido, um texto, ao se formar através da sua coerência e não pela sua gramaticalidade em sentido estrito, faz com que o leitor, em seu contexto de conhecimentos e experiências, concorde com o jeito de se comunicar do locutor, aplicando sentido ao que foi exposto.

A aceitabilidade constitui a contraparte da intencionalidade. Já disse que, segundo o Princípio Cooperativo de Grice, o postulado básico que rege a comunicação humana é o da cooperação, isto é, quando duas pessoas interagem por meio da linguagem, elas se esforçam por fazer-se compreender e procuram calcular o sentido do texto do(s) interlocutor(es), partindo das pistas que ele contém e ativando seu conhecimento de mundo, da situação, etc. (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 98).

Para que a aceitabilidade aconteça na produção textual, é preciso que um interlocutor estabeleça uma interação na prática de produção textual, ou seja, é necessário que o emissor reproduza um conteúdo que seja aceitável ao receptor. A aceitabilidade também amplia os conhecimentos do leitor, fazendo com que ele perceba a finalidade com que o texto foi construído.

Na sequência, considerações sobre outros fatores textuais que geram coerência no texto.

2.3.6 A informatividade: o diálogo entre o novo e velho

Outro fator da textualidade explanado por Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012) é o da informatividade. Está relacionado com a análise feita acerca da previsibilidade do texto, isto é, será menos informativo quanto maior sua previsibilidade ou mais informativo quanto menor a previsibilidade.

Koch e Travaglia (2015) explicam que necessita ter uma instabilidade entre uma informação nova e uma informação já conhecida, pois apenas com a informação já dada não se garante o prosseguimento no texto. Assim, a informatividade, conforme Marcuschi (2008), não pode ser trocada considerando apenas conteúdo ou apenas o sentido, uma vez que a informação é produto de uma construção de significados com base no conteúdo. Desse modo, ela pode não estar explícita, necessitando ser compreendida. Ademais, ninguém enuncia um texto para não dizer absolutamente nada, porém a informação não é sinônimo de sentido e nem conteúdo no texto. Os fatores que envolvem a produção textual são vários, e o interlocutor não pode se ater somente no conteúdo que vai usar ao produzir um texto, mas selecionar aquilo que os leitores/ouvintes já têm conhecimento ou não.

Conforme Koch (2009), deve haver um equilíbrio entre a informação nova e a já conhecida, tendo em vista que não se pode dar sequência ao texto apenas com informação já dada bem como, se só houver informação desconhecida o leitor não tem em que se apoiar para dar sentido ao texto.

Diante disso, é importante considerar que o excesso de informações no texto pode fazer com que o leitor deixe de armazená-las por completo. Portanto, é necessário que o texto traga informações de fácil compreensão para os leitores. Sobre isso se ressalta:

É a informatividade, portanto, que vai determinar a seleção e o arranjo das alternativas de distribuição da informação no texto, de modo que o receptor possa calcular-lhe o sentido com maior ou menor facilidade, dependendo da intenção do produtor de construir um texto mais ou menos hermético, mais ou menos polissêmico, o que está, evidentemente, na dependência da situação comunicativa e do tipo de texto a ser produzido (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 88).

Pode-se constatar que a coerência é de grande importância na construção e interpretação do texto, sendo a informação a responsável por deixar mais claro do que trata a produção. O fator da situacionalidade também passa uma mensagem significativa, dotada de sentido e cria um vínculo entre o leitor e o produtor do texto, conforme será considerado na sequência.

2.3.7 A situacionalidade: a presença do contexto

Esse fator da textualidade é o que conduz o processo, adequado a situação sociocomunicativa estabelecendo uma conexão com o contexto do texto produzido. Conforme Beaugrande e Dressler (1981 apud MARCUSCHI, 2012) ela pode ser observada a partir de dois aspectos. O primeiro é a situação para o texto, ou seja, os fatores que influenciam a produção textual e elaboram a situação comunicativa. O segundo está relacionado ao fato de que a construção textual para de uma reconstrução do produtor acerca de suas experiências, objetivos e crenças, ou seja, a partir de sua visão de mundo.

Marcuschi (2008) afirma que a situacionalidade serve para fazer uma interpretação do texto em seu contexto auxiliando na sua produção. Tal fator permeia o texto fazendo um paralelo entre o mundo real e a expectativa do produtor em reproduzir esse mundo. É através da situacionalidade que o processo de comunicação se evidencia: quem fala ou escreve e com que objetivo se fala ou escreve. Assim, a prática de produção textual deve estar vinculada por uma intenção que leve em conta os interlocutores conforme o gênero e o propósito de comunicação. Sob o olhar de Koch e Travaglia (2015, p. 85):

É preciso, ao construir um texto, verificar o que é adequado àquela situação específica: grau de formalidade, variedade dialetal, tratamento a ser dado ao tema, etc. O lugar e o momento da comunicação, bem como as imagens recíprocas que os interlocutores fazem uns dos outros, os papéis que desempenham, seus pontos de vista, o objetivo da comunicação, enfim, todos os dados situacionais vão influir tanto na produção do texto, como na sua compreensão.

Podemos constatar que o texto se adequa à situação em que acontece a comunicação. Assim, o fator de textualidade possibilita a produção de um texto adequado, ou direcionado para certo objetivo de comunicação. Desse modo, os fatores de textualidade

organizam o texto e seu sentido, tendo como elementos fundantes a coesão e a coerência. A partir deles, pode-se perceber um fenômeno, um processo se realizando: o da referenciação.

Tendo em vista que a referenciação é um dos elementos teóricos mais observados no âmbito da produção textual, sendo responsável pelo estabelecimento da construção e reconstrução de diferentes objetos de discurso, tendo como finalidade a construção do sentido do texto, na sequência deste estudo, busca-se compreender melhor seu processamento no âmbito do texto. A seguir, apresentam-se características sumárias desse processo, para que se possa dedicar, com mais atenção e detalhamento, ao seu estudo no próximo.

2.4 A REFERENCIAÇÃO: UM PROCESSAMENTO DE CONSTRUÇÃO TEXTUAL

Anteriormente, foram abordadas questões sobre a Linguística Textual, texto e seu principal fator: a textualidade. Nesta seção, serão discutidas algumas questões envolvidas no processo de referenciação, considerando abordagens mais recentes da Linguística Textual, especialmente a partir do estudo do texto e da forma como ocorre sua organização interna.

Segundo Cavalcanti (2005), o processo de referenciação não está relacionado apenas com o uso simplista de termos referenciais. Esse processo é muito maior, sendo que Apothéloz (2003) revela o referente como um conjunto de ações a partir do qual os co-enunciadores organizam o discurso e dão sentido à ação comunicativa.

Nesse contexto, entende-se que o discurso é quem dita os elementos para a construção do texto. Desse modo, compreende-se que a noção de referenciação bem como a progressão referencial é abordada na construção e reconstrução de objetos do discurso, conforme orienta Apothéloz (2003). Esse autor tem uma posição a favor de uma percepção dinâmica da referenciação, na qual considera o referente um conjunto de informações que agregam o conhecimento ao longo do processo de interlocução. Para ele, os objetos de discurso devem ser concebidos como produtos da atividade cognitiva e interativa entre sujeitos falantes.

Cavalcante (2013) define referenciação como um processo de construção de referentes (ou objetos do discurso) utilizados a partir de expressões linguísticas que servem para esse fim, e que são denominadas de expressões referenciais. Esses elementos fazem referência a um objeto que representa o universo extralinguístico – o referente. Nesse contexto, um mesmo objeto pode ser referenciado por expressões referenciais diferentes.

Segundo Koch e Elias (2006, p. 123), denomina-se referenciação “as diversas formas de introdução, no texto, de novas entidades ou referentes. Quando tais referentes são retomados mais adiante ou servem de base para introdução de novos referentes, tem-se o que

se denomina progressão referencial”. Esse processo de progressão a partir dos referentes, na visão de Koch e Marcuschi (1998), traz ao discurso uma diversidade de possibilidades evolutivas que transformam o texto.

No próximo capítulo, é ampliada a discussão acerca do processo de referenciação, dando ênfase à anáfora, suas tipologias e características, bem como aprofundando a anáfora encapsuladora, objeto principal da análise deste estudo.

3 O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO: O CASO DA ANÁFORA

Neste capítulo, apresenta-se uma discussão teórica acerca do processo de referenciação a partir das anáforas, considerando sua importância no movimento de introdução ou retomada de referentes dentro do texto.

Considerando a referenciação como um processamento do discurso, Koch (2005) destaca que tal processo é realizado por sujeitos ativos, podendo ser uma estratégia que implica escolhas por parte dos interlocutores a partir das diferentes possibilidades que a língua oferece. A referenciação desenvolve-se ao longo do discurso estando relacionada a aspectos da interação e que visa representar o estado das coisas em função do querer-dizer. É nesse sentido que ela é vista como uma relação semântica estabelecida no texto. Seguindo essa perspectiva, Bezerra, Pinto e Lima (2016) descrevem a referenciação como uma forma de ação ou atividade discursiva, sendo um importante fenômeno para a Linguística Textual, consistindo em um recurso relevante para o desenvolvimento do sentido do texto, bem como uma atividade sociointeracional, com o qual o sujeito (da enunciação) escolhe a o que quer dizer e como quer dizer.

Na construção dos referentes textuais, segundo Koch e Elias (2006, p. 125-126), podem ser usadas estratégias de referenciação que englobam a introdução, a retomada e a mudança de foco. Para esses autores, a introdução destaca o objeto que até o momento não tinha sido citado no texto. A retomada ou manutenção diz respeito a um objeto que já está presente no texto e que é recolocado através de um referente consolidando o foco no objeto do discurso. Já a mudança de foco está associada ao processo de desfocalização, no qual novo objeto-de-discurso é introduzido, fazendo com que aquilo que antes estava em foco passe para um segundo plano. Especialmente sobre os objetos de discurso, cabe considerar que eles:

[...] não se confundem com a realidade extralingüística, mas (re)constróem-na no próprio processo de interação. Ou seja: a realidade é construída, mantida e alterada, não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas, acima de tudo, pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele: interpretamos e construímos nossos mundos por meio da interação com o entorno físico, social e cultural. [...] todo discurso constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada (memória discursiva, modelo textual) (KOCH, 2002, p. 31).

No caso das estratégias de referenciação, elas só funcionam se forem utilizadas a partir dos objetos que estão no texto e já haviam sido ativados. Para Koch e Elias (2006), a retomada ou manutenção desses objetos exige o uso de recursos gramaticais, como por exemplo, pronomes, numerais, advérbios locativos e elipses; ou de recursos de ordem lexical

que podem ser sinônimos, expressões nominais, hiperônimos, entre outros. Nesse processo, segundo esses autores, ocorre uma construção, reconstrução, modificação ou expansão dos referentes já contidos, podendo ocorrer a qualquer momento do discurso, sendo que a partir deles o ouvinte cria na memória uma reprodução do sentido, possibilitando a evolução do texto. Portanto, essas cadeias referenciais exercem uma função importante na organização textual, colaborando para sua significação.

Nesse contexto, os objetos-de-discurso fazem parte do processo de linguagem a partir de formas linguísticas, sendo modificados e reelaborados de forma progressiva ao longo da dinâmica do discurso, dependendo das escolhas dos falantes sustentadas pelos seus conhecimentos e percepções de mundo. Desse modo, os objetos-de-discurso não constituem dados que se sustentam no discurso, mas que surgem como uma criação baseada na realidade, tornando-se elementos aos quais o discurso faz referência (VERCEZE, 2009). É importante destacar que esses objetos de discurso, quando incorporados ao texto, auxiliam para que o texto tenha sentido, não se tratando, portanto, de questões externas ao texto, mas quando incorporados tornam-se elementos referenciais constitutivos da organização sintático-semântica do texto, compondo seu contexto.

Quando se fala em referenciação, há certas correntes que consideram o termo intercambiável no conceito de anáfora. Para Cavalcante (2005), referência e anáfora não são sinônimos, tendo em vista que algumas vezes se introduz um objeto novo no discurso sem que nenhum elemento co-textual, ou seja, formas linguísticas que permitem interpretar um enunciado, seja responsável pela sua ancoragem.

A ativação de objetos-de-discurso pode ser ancorada e não ancorada. No primeiro caso, tem-se a introdução na memória de um objeto-de-discurso totalmente novo, sem qualquer apoio (âncora) no texto, ao passo que, no segundo, embora se trate também de um objeto novo, o texto contém âncoras cognitivas com base nas quais ele poderá ser interpretado (KOCH, 2008, p. 102).

Conforme Marcuschi (2001), na referenciação, aliam-se aspectos do processo cognitivo e elementos linguísticos. Esses termos de coesão textual podem ser denominados anafóricos, consistindo em expressões que lembram outras expressões, conteúdos, enunciados e contextos textuais, favorecendo a continuidade do discurso.

Buscando diferenciar as introduções referenciais da anáfora, Cavalcante (2005) destaca esses dois exemplos (Quadro 1):

Quadro 1 – Comparação entre introdução referencial e anáfora

Introdução referencial	Anáfora
<p>Pneumotórax Febre, hemoptise, dispneia e suores noturnos. A vida inteira que podia ter sido e que não foi. Tosse, tosse, tosse. Mandou chamar o médico: – Diga trinta e três. – Trinta e três... trinta e três... trinta e três... – Respire. – O senhor tem uma escavação no pulmão esquerdo e o pulmão direito infiltrado. – Então, doutor, não é possível tentar o pneumotórax? – Não. A única coisa a fazer é tocar um <i>tango argentino</i>. (Manuel Bandeira)</p>	<p>O Jangadeiro Jangadas amarelas, azuis, brancas Logo invadem o verde mar bravio, O mesmo que Iracema, em arrepio, Sentiu banhar de sonho as suas ancas. Que importa a lenda, ao longe, na história, Se elas cruzam, ligeiras, nesse instante, O horizonte esticado da memória, Tornando o que se vê mito incessante? As velas vão e voltam, incontidas, Sobre as ondas (do tempo). O jangadeiro Repete antigos gestos de outras vidas Feitas de sal e sonho verdadeiro. Qual Ulisses, buscando, repentino, A sua ilha, o seu rosto e o seu destino. (Adriano Espínola)</p>
<p>Considerações: Nenhuma pista do co-texto autoriza um engatilhamento do referente de “um tango argentino”.</p>	<p>Considerações: O anafórico “elas” retoma por o referente de “jangadas amarelas, azuis, brancas”, ocasionando um procedimento de co-referencialidade.</p>

Fonte: Adaptado de Cavalcante (2005, p. 2-3).

Na introdução referencial não se observa nenhuma pista do co-texto que autorize uma âncora acerca do referente. Ao contrário, na anáfora, há uma retomada por inteiro do referente, gerando um procedimento de co-referencialidade. Desse modo, o termo referência engloba não apenas a questão anafórica, mas também referencial, levando a compreender que referência e anáfora não se superpõem completamente (CAVALCANTE, 2005, p. 128). A introdução referencial diz respeito quando o referente aparece pela primeira vez no texto, não sendo considerado o que vem depois dele. Ao contrário, as anáforas ocorrem quando um referente é introduzido no texto na forma de retomada daquilo que anteriormente tenha sido citado (BEZERRA; PINTO; LIMA, 2016).

As anáforas têm um caráter resumitivo e definidor do sentido que se busca com o texto, sendo consideradas como um fenômeno linguístico que possibilita ao leitor o estabelecimento de relações de ordem semântica entre aspectos lexicais do texto, constituindo-se num recurso que auxilia na compreensão das diferentes partes do discurso e seu significado, além de permitir uma construção textual coerente, conforme orienta Silva (2008).

Tendo em vista que os elementos anafóricos são responsáveis por fazer uma organização de informações, fazendo referência a elementos existentes ou não ao longo do

texto, destaca-se a seguir o conceito e as principais características das anáforas, bem como suas tipologias.

3.1 CONCEITUANDO E CARACTERIZANDO AS ANÁFORAS

A anáfora consiste em um elemento de coesão textual utilizado para retomar, construir e/ou reconstruir objetos do discurso, sendo responsável por oportunizar uma progressão referencial que leva ao conhecimento dos recursos linguísticos (BERTUCCI, 2006). Conforme Apothéloz (2003), as estruturas anafóricas vão além da retomada de uma simples informação, podendo auxiliar na construção específica de um discurso.

A retomada anafórica é a estratégia de progressão discursiva mais estudada e conhecida, mas não de todo compreendida e provavelmente mal compreendida. Em primeiro lugar, a expressão retomada nem sempre designa uma retomada referencial em sentido estrito, mas é apenas uma espécie de remissão que estabelece o contínuo tópico. Em segundo lugar, a noção de anáfora é aqui enriquecida e ampliada e não diz respeito apenas a relações estabelecidas por pronomes, mas por nomes e outras categorias (KOCH; MARCUSCHI, 1998, p. 4).

Observa-se que a anáfora tem relação com o antecedente, seja ele explícito ou implícito no discurso. Apothéloz (2003) orienta sobre a questão do antecedente considerando que:

[...] o que precede tem duas conseqüências importantes para a concepção geral do que é uma forma de retomada: em primeiro lugar [...] as formas de retomada são, antes e acima de tudo, expressões referenciais no sentido mais geral do termo. E, em segundo lugar, o que se chama comumente de antecedente [...] não é, na realidade, um elemento de modo algum indispensável ao funcionamento das formas de retomada. (APOTHÉLOZ, 2003, p. 57).

O elemento anafórico é considerado uma figura de construção e sintaxe. Cavalcante (2005) orienta que as anáforas podem não retomar de forma direta o mesmo objeto-de-discurso, aparentemente introduzindo uma entidade nova. Apothéloz (2003) apresenta cinco noções-chaves acerca das anáforas e suas relações com a referência: referencial/atributivo, correferência, co-significação, exofórica/endofórica e referência opaca. A partir desses elementos observa-se que as anáforas têm relação com uma ou outra representação do contexto sem que sejam exatamente novas no discurso. É nesse sentido que Marcuschi (2001, p. 220) considera a anáfora, na sua essência, um aspecto semântico com caráter inferencial, não sendo um simples processo de repetição referencial.

Haag; Othero (2003a) salientam que a anáfora se constitui como um fator coesivo que ajuda o interlocutor a compreender o texto com base em elementos de relação, sinalização e ligação entre informações novas ou dadas, consolidando-se como ferramenta de referenciação e correferenciação que estimula a retomada de referentes ao longo do texto. Ainda buscando destacar as peculiaridades da anáfora, Silveira (1999, p. 127) traz o seguinte discurso:

[...] Ela é um mecanismo eficaz de coerência e coesão do discurso, [...] usadas com o propósito de economia, de clareza ou do mero intuito de se evitar repetições. [...] depende da existência de elementos referenciais. A sua identidade só pode ser determinada a partir de um antecedente, que pode estar no nível da sentença ou que pode ser recuperado pelo contexto semântico-discursivo. Nos casos de ambiguidade referencial é necessário recorrer ao contexto semântico ou fazer inferências pragmáticas para que se possa identificar o referente do elemento anafórico. [...] a conexão entre o elemento anafórico e o seu referente determina certas particularidades na estrutura sintática e há regras que podem definir em que situações o processo ocorre. No caso do reflexivo, ele exige um controlador próximo. Já quanto aos outros pronomes, não se observa essa particularidade. Para a semântica dinâmica, que leva em conta o acréscimo de informações discursivas, a anáfora é vista como uma controladora dos itens, que já foram enunciados, permitindo estabelecer relações coesivas entre os elementos discursivos.

Desse modo, pode-se considerar de forma sintetizada que a anáfora consiste num processo que faz uma identificação referencial, constituindo-se de uma expressão que atua como antecedente ao mesmo tempo em que pode ser desprovido de autonomia referencial. Além disso, envolve uma relação de retomada que está dependente de um referencial anterior presente no texto.

Conforme Koch e Marcuschi (1998), a anáfora é considerada uma produção de efeito que designa o referencial por meio de uma retomada, sendo em certos casos responsável por operar transformações no objeto-de-discurso designado. Essas mudanças que podem ocorrer a partir da anáfora podem ocorrer devido a três maneiras principais. A primeira delas é a recategorização lexical explícita, que gera uma predicação de fenômenos sobre o objeto. A segunda é a recategorização lexical implícita, feita por meio de um pronome anafórico que conduz a um referente e o retoma denominando-o. E a terceira envolve a recategorização com mudança no objeto em sua extensão, podendo ser operada sem que implique uma recategorização lexical.

A referência anafórica possibilita o estabelecimento de interações entre os elementos situacionais e discursivos, promovendo mecanismos para que se mantenha o controle daquilo que está sendo enunciado, mantendo a função de repetição do referente identificado e reconhecido por meio de outra expressão num dado discurso (SILVEIRA, 1999). A saber que

este termo repetido ou retomado, se assim é encontrado no texto, o sentido não é o mesmo, o inicial. Há um acréscimo de sentido quando a anáfora se coloca como mecanismo organizador da estrutura interna do texto, provocando a construção de diferentes e novos sentidos. A compreensão dos elementos anafóricos passa pela análise dos diferentes tipos de anáfora, sendo que a partir dessa diferenciação é possível perceber suas particularidades e usos no discurso textual. A seguir, identificam-se as suas principais tipologias.

3.2 TIPOS DE ANÁFORAS: AS RETOMADAS NECESSÁRIAS

Na classificação dos tipos de anáfora, destaca-se a categorização proposta por Koch (2004b) que divide as anáforas em correferenciais e não correferenciais. As anáforas correferenciais são também consideradas anáforas diretas e as não correferenciais incluem as anáforas indiretas que abrigam três subtipos: as associativas, as inferenciais ou rotuladoras e as encapsuladoras.

3.2.1 Anáforas correferenciais ou diretas

De acordo com Marcuschi (2001), a anáfora direta recupera referentes que foram introduzidos previamente no texto, estabelecendo relação de correferência entre o elemento anafórico e seu antecedente. Esse tipo de anáfora é considerado como uma alternativa do elemento por ela recuperado, sendo que a noção de correferencialidade pode não ocorrer de modo estrito, mas relacionado com aspectos da gramática como por exemplo, concordâncias de gênero e número. É nessa perspectiva que o autor destaca a visão clássica da anáfora direta, considerada como um processo de reativação de referentes anteriores presentes no texto.

Moraes (2011) salienta que a anáfora direta pode ser considerada como a anáfora clássica, ou seja, compreendida como um processo que reativa os referentes prévios com base numa relação de correferência a partir do elemento anafórico e seu antecedente, atuando de forma substituta do elemento recuperado. Nesse processo a anáfora é um fenômeno de semântica, de forma referencial e não de clonagem referencial. São exemplos de anáfora direta: a) *O Hugo está doente. Vi-o hoje na farmácia.* b) *A Carla tem um novo cachorro. O animal é muito agitado.* Sobre a anáfora correferencial, Pante e Bazza (2008) consideram-na como sendo uma anáfora fiel ou total, tendo em vista que ela retoma o referente por meio de um mesmo nome, efetuando apenas a troca do artigo indefinido pelo definido.

Cavalcante (2003) apresenta uma distinção entre as anáforas correferenciais, destacando que essa tipologia leva em conta duas expressões referenciais que representam o mesmo referente, sem considerar se o elemento anafórico remete ou não de forma retrospectiva ou prospectiva. Elas podem ser de três formas: co-significativas, recategorizadoras ou nem uma coisa nem outra.

Apresentando cada uma delas, verifica-se que no caso da anáfora correferencial co-significativa acontece uma reiteração de termos, quando são empregadas palavras sinônimas ou mesmo repetições e que exista recategorização lexical a partir de um referente renomeado no discurso. Já a anáfora correferencial recategorizadora ocorre por hiperônimo, por expressão definida, por nome genérico e por pronome. Tanto as anáforas co-significativas e recategorizadoras incluem elos coesivos a partir do uso de formas remissivas lexicais que consistem em elementos nominais determinados que dão indicações de conexão e sentido (CAVALCANTE, 2003). Ou seja, a função delas é garantir que o sentido se construa.

Ainda, de acordo com Cavalcante (2005), a recategorização é uma alteração nas associações entre representações categoriais parcialmente previsíveis, sendo que as mudanças apresentam-se de forma explícita ou implícita. O que define a recategorização de um referente é a sua introdução no discurso para ser transformado ou o simples fato de que tenha sido recategorizado apenas mentalmente, no próprio momento em que o anafórico remeta indiretamente à sua âncora. No exemplo apresentado a seguir, pode-se observar um modelo em que a recategorização é percebida a partir da categorização de uma entidade anteriormente:

A bunda, que engraçada

A bunda, que engraçada.
Está sempre sorrindo, nunca é trágica.

Não lhe importa o que vai
pela frente do corpo. A bunda basta-se.
Existe algo mais? Talvez os seios.
Ora – murmura a bunda – *esses garotos
ainda lhes falta muito o que estudar.*

A bunda são *duas luas gêmeas
em rotundo meneio.* Anda por si
na cadência mimosa, no milagre
de ser *duas em uma*, plenamente.

A bunda se diverte
por conta própria. E ama.
Na cama agita-se. *Montanhas
avolumam-se, descem. Ondas batendo
numa praia infinita.*

Lá vai sorrindo a bunda. Vai feliz
na carícia de ser e balançar.
Esferas harmoniosas sobre o caos.

A bunda é a *bunda*,
redunda. (Carlos Drummond de Andrade) (In: CAVALCANTE, 2005) [grifos do autor]

No poema de Drummond é possível observar a recategorização de forma evidenciada a partir da repetição do termo “a bunda”, sendo todo o discurso construído por entidades que visam criar um elo coesivo acerca do termo.

Seguindo as orientações de Cavalcante (2003), nos casos de anáfora não-co-significativa e não-recategorizadora ocorre uma formalização por meio de pronomes pessoais³, considerando que as formas pronominais divergem das formas lexicais por seu baixo grau de significação, por sua função mais gramatical do que lexical, por seu traço dêitico ou representacional. Desse modo, para a autora, é mais adequado considerar os pronomes pessoais anafóricos como sendo nem recategorizadores e nem co-significativos.

3.2.2 Anáforas não-correferenciais ou indiretas

Na anáfora indireta, há uma introdução de um novo objeto-de-discurso a partir da informação em virtude da existência de algum tipo de associação com outros objetos já presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo (KOCH, 2008). A anáfora indireta, de acordo com Marcuschi (2001), envolve o uso de expressões nominais definidas, indefinidas e por pronomes interpretados no âmbito da referenciação sem que ocorra correspondência com um antecedente ou subsequente explícito no discurso. É por isso que é considerada dentro do processo de referenciação implícita, operando ancorada em domínios cognitivos.

Considerando as principais diferenças entre a anáfora correferencial (direta) e a não correferencial (indireta) cabe observar no Quadro 2 as características dos seus processamentos.

³ “Betsy esperou a volta do homem para morrer. Antes da viagem *ele* notara que Betsy mostrava um apetite incomum.” (conto *Betsy*, de Rubem Fonseca) (CONTE, 2003, p. 111-112).

Quadro 2 – Características e diferenças no processo das anáforas diretas e indiretas

Anáfora Direta	Anáfora Indireta
<p>Sendo: SNa um sintagma qualquer na função de antecedente que evoca e especifica um referente, sendo que um outro SNb (um sintagma ou um pronome na função de anáfora) apenas correfere e coespecifica mas não introduz algo diverso. O símbolo Ea indica que a especificação referencial é uma só.</p>	<p>Sendo: SNa como o SNb especificam e evocam um referente próprio representado, na figura, por Ea e Eb. O interesse recai na relação referencial entre Ea e Eb que não é aleatória e sim fundamentada cognitiva e discursivamente por algum tipo de associação ou outro aspecto.</p>

Fonte: Adaptado de Marcuschi (2001, p. 221-222).

A função da anáfora indireta não está ligada ao entendimento de correferencialidade nem a uma forma de retomada de elementos previamente mencionados, como é o caso da anáfora direta. Nesse processo, Chaves e Della Mía (2006) destacam que a anáfora indireta visa introduzir novos referentes. Esses, por sua vez, não precisam gerar uma manutenção da identidade textual, mas estão ancorados no universo do texto.

As anáforas indiretas, conforme Koch (2005) podem ser vistas como expressão explícita de relações de coerência implícita em estruturas textuais, sendo que sua interpretação gera o estabelecimento de relações semânticas ou conceituais, possibilitando ao texto continuidade e progressão de informações. Sobre a relação entre a anáfora indireta, a ancoragem discursiva e o domínio cognitivo dos interlocutores cumprem salientar:

As âncoras são decisivas para a interpretação dessas anáforas, porque estabelecem pontes entre as informações já dadas e as novas, o que permite aos referentes serem ativados pelos processos cognitivos inferenciais, mobilizando, assim, os conhecimentos armazenados na memória dos indivíduos. Isto é, a interpretabilidade ocorre referencialmente, mesmo não havendo um antecedente explícito no texto (CHAVES; DELLA MÍA, 2006, p. 147).

As anáforas indiretas têm como principal peculiaridade o fato de que não há no contexto um precedente explícito, mas sim um elemento relacionado. É a partir dessa âncora que a interpretação ocorre, destacando que certas expressões da estrutura textual ao longo do desenvolvimento do discurso exigem que o interlocutor mobilize conhecimento por meio de ações cognitivas inferenciais (KOCH, 2005).

De acordo com Verceze (2009), tendo em vista que as referências textuais fazem parte do processo discursivo e pelo fato de que diversos referentes compõem os objetos-de-discurso dentro de um texto, a anáfora indireta surge como um elemento para a progressão referencial

multilinear não direta. Isso ocorre, uma vez que não há vínculo de retomada entre ela e o contexto, existindo um vínculo coerente que possibilita a continuidade do discurso, não comprometendo sua compreensão.

Conforme Cavalcante (2003), a anáfora indireta pode abranger a categorização de um novo referente, bem como uma recategorização lexical implícita ou não. Além disso, podem apresentar uma expressão referencial que recupera uma parte do discurso, os chamados encapsulamentos, situando esse tipo de anáfora encapsuladoras numa espécie de fronteira entre as anáforas diretas e as indiretas.

Koch (2005) apresenta uma classificação das anáforas indiretas, considerando aspectos relativos à semântica, baseadas no léxico, ao tipo conceitual, que tem por base o conhecimento de mundo, e aquelas relacionadas com inferências. Buscando compreender melhor essas tipologias, na sequência serão consideradas as principais características das anáforas associativas, anáforas inferenciais e anáforas encapsuladoras, que são o objeto principal do presente estudo.

3.2.2.1 *Anáforas associativas*

As anáforas indiretas são uma continuidade referencial sem retomada, apenas com remissão a uma âncora⁴ no co(n)texto. A espécie mais representativa de anáfora indireta é a associativa, por se instalar a partir de uma relação de meronímia ou de ingrediência (“fazer parte de”) (CAVALCANTE, 2003). Cumpre destacar a visão de Koch (2008, p. 103):

A estratégia de *associação* consiste, pois, no emprego de expressões definidas anafóricas, sem a presença de um referente explícito no texto, mas que é inferível a partir de outros objetos nele explícitos, que funcionam como âncoras. Em outras palavras, trata-se de uma configuração discursiva em que se tem um anafórico sem antecedente literal explícito (portanto, não condicionado morfossintaticamente por um sintagma nominal anterior), cuja ocorrência pressupõe um *denotatum* implícito, que pode ser reconstruído, por inferência, a partir de algum elemento do cotexto precedente.

Nessa mesma perspectiva, Gurpilhares e Quintana (2012), consideram a anáfora associativa como aquela cujo processo de referenciação envolve a introdução de um referente novo, com menção prévia do outro referente e sendo este referente conhecido. Exemplo: A

⁴ A âncora é uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta. Constitui-se como um gatilho que evoca inferências prospectivas, ou antecedente, já que nem sempre vem antes, ativando significados e desencadeando inferências potenciais ou relações possíveis nem sempre lexicalizadas mas situadas no texto (MARCUSCHI, 2001, p. 225).

mangueira erguia-se imponente. Os galhos e as folhas ofereciam sombra para o viajante. Os referentes novos: “galhos e folhas” são partes da mangueira, introduzidos anteriormente, o que apresenta, portanto, uma relação de constituição.

Conforme Haag e Othero (2003b), em uma relação anafórica, o referente e seu antecedente representam a mesma entidade, por isso eles levam o mesmo índice de correferência. Já com a anáfora associativa, o mesmo não é verdadeiro, uma vez que o termo referente não representa a mesma entidade que o termo a que se refere, por isso não se pode chamá-lo de antecedente: a) Entrei *no restaurante*_(âncora), e *o garçom*_(referente) veio me atender. b) Comprei *três livros*_(âncora) ontem. *Os autores*_(referente) estarão fazendo uma sessão de autógrafos amanhã.

Nem sempre é fácil encontrar a âncora textual que serve de referente na anáfora associativa. No Quadro 3 as principais formas que ela pode assumir no texto:

Quadro 3 – Formas que a âncora pode assumir na anáfora associativa

Forma da âncora	Exemplos
1) Hiponímia	Eles enfeitaram a mesas com muitas <i>flores</i> _a : <i>as rosas</i> _r estavam no arranjo central, <i>as tulipas</i> _r sobre as cadeiras e <i>as orquídeas</i> _r ao lado dos pratos.
2) Meronímia 2.1 Parte integrante 2.2 Material	Comprei <i>uma casa</i> _a linda. <i>As portas</i> _r são todas azuis. Os anões confeccionaram <i>um colete</i> _a impenetrável. <i>O aço</i> _r era forjado com técnicas que só eles conheciam.
3) Repetição do nome-núcleo	Eu queria <i>uma fuga</i> _a ... <i>a minha fuga</i> _r , era deitar na cama.
4) Nominalização 4.1 Nominalização com sinonímia 4.2 Nominalização com hiperonímia 4.3) Nominalização de adjetivo	O assassino <i>foi preso</i> _a ontem. <i>A prisão</i> _r deixou todos aliviados.
5) Inferência	O diretor da escola encarregou _a os professores de organizar a festa. <i>A decisão</i> _r foi tomada na última reunião.
6) Antonímia	Soluções temos em <i>excesso</i> _a . <i>A escassez</i> _r está na boa vontade das autoridades.
7) Oposição semânticas	<i>O pai</i> _a do garoto sempre o repreende, enquanto <i>a mãe</i> _r sempre o mima.
8) Propriedade	Bill comprou <i>um carro</i> _a para sua esposa, mas ela não gostou <i>da cor</i> _r .
9) Frames 9.1) Eventos 9.2) Lugares	Fui a <i>um casamento</i> _a ontem. <i>A noiva</i> _r estava linda, e <i>a decoração</i> _r , impecável.
10) Papéis temáticos do verbo 10.1) Argumento interno 10.2) Adjuntos 10.3) Agente subentendido	Mirabel <i>foi assassinada</i> _a . <i>O assassino</i> _r ainda não foi encontrado.
11) Membros de um grupo	Eu conheci <i>duas pessoas</i> _a ontem. <i>A mulher</i> _r era de Passo Fundo, e <i>o homem</i> _r , de Cruz Alta.

Fonte: Adaptado de Haag e Othero (2003b)

Koch (2008) destaca que a expressão em anáfora associativa traz um referente novo, ou seja, não existe uma correferência. Nessa perspectiva, supõe-se que o interlocutor tenha certos conhecimentos que o levem a realizar uma interpretação referencial. Nesse processo existe menção prévia do referente capaz de fornecer elementos que levem a percepção do referente novo. Por isso, esse tipo de anáfora é indireta, pois existe a necessidade de proceder a inferências para que ocorra um entendimento adequado da expressão. A anáfora associativa assume formas diversas a partir da âncora textual, sendo que sua ocorrência é comum nos textos e nos processos de referenciação.

3.2.2.2 Anáforas inferenciais

A inferência compreende uma atividade cognitiva realizada pelo leitor com base no seu conhecimento de mundo. Desse modo, mesmo que as informações não estejam explícitas, as âncoras no texto levam ao entendimento do discurso. A inferência é uma ação fundamental para a compreensão anafórica, especialmente no caso das anáforas indiretas (MORAES, 2011).

De acordo com Koch (2008), a anáfora inferencial exige a necessidade de proceder à inferência para a saturação adequada do segundo sintagma nominal. Isso pode ser visto nos exemplos a seguir, nos quais a autora mostra que a conexão que ocorre sem correferenciação, mas que gera progressão referencial: a) As jovens trabalhadoras encontravam-se ali reunidas. Mãos finas e delicadas teciam as mais graciosas rendas. Olhos e lábios pareciam sorrir. b) O governo parece estar pouco preocupado com o recrudescimento da inflação. Eles só se preocupam, no momento, com as eleições que estão à porta. Nesses exemplos, verifica-se a manutenção do sentido a partir dos recursos anafóricos inferenciais.

Essas anáforas são vistas como não-associativas, sendo que não estabelecem uma condição léxico-estereotípica. Nessa perspectiva, mantém uma relação indireta que se constrói inferencialmente a partir do co-texto, isto é, do conhecimento de mundo (KOCH, 2004b; CAVALCANTE, 2005). O importante é que essas anáforas têm como objetivo último associar informações em prol da construção do sentido do texto. A seguir, a anáfora que principalmente sustenta este trabalho estará em destaque. A ela.

3.2.2.3 Anáforas encapsuladoras: o resumo para progressão textual

As anáforas encapsuladoras ou encapsulamentos constituem-se como uma forma de expressão referencial capaz de retomar partes textuais ou do discurso, não sendo apenas um referente trazido a partir de rótulos, nominalizações ou dêiticos. Bertucci (2006) considera que uma característica da anáfora encapsuladora é ser híbrida, uma vez que não possui um referente exato no texto, mas pode gerar uma retomada a partir do co(n)texto. Isso mostra que essa anáfora tem certas características de anáfora indireta e também da anáfora direta.

Nessa mesma perspectiva, Cavalcante (2003) destaca as anáforas encapsuladoras a partir de dimensões principais. Uma em que a anáfora é meio direta, meio indireta, baseada em rótulos, quando por sintagma nominal (SN). Essa forma consiste em encapsular proposições do discurso, envolvendo-as numa expressão referencial, que pode ser um SN (rótulo). E a outra sendo a anáfora encapsuladora com dêitico, meio direta, meio indireta; híbrido dêiticos discursivos (DD), podendo ocorrer a partir de pronomes demonstrativos ou por SN, conforme os exemplos a seguir:

- **por demonstrativo:** Mas nesse momento a recordação do homem não a angustiava e, pelo contrário, trazia-lhe um sabor de liberdade há doze anos não sentido. Porque seu marido tinha uma propriedade singular: bastava sua presença para que os menores movimentos de seu pensamento ficassem tolhidos. A princípio, *isso* lhe trouxera certa tranquilidade (...) (conto *A fuga*, de Clarice Lispector)

- **por SN (anáfora-rótulo com dêitico):** *Veja* – *Uma mulher que trabalha o dia inteiro, cuida de filhos, tem de resolver problemas da casa nem sempre consegue arranjar tempo para praticar esporte. O que fazer para resolver esse dilema?* (entrevista - *Veja*, 15/01/03) (CAVALCANTE, 2003, p. 116).

Koch (2008) considera o encapsulamento como uma forma de ativação ancorada que consiste em uma atividade cuja essência é metadiscursiva, nesses casos:

[...] o produtor do texto se debruça sobre partes do discurso já produzido, resumindo-as por meio de um pronome ou de uma expressão nominal [...] ao atribuir-lhes um rótulo, cria novos objetos-de-discurso, sendo que o rótulo vai categorizar o segmento resumido de uma certa maneira, de acordo com a avaliação que o locutor faz do seu conteúdo ou de sua enunciação (KOCH, 2008, p. 105).

Essas anáforas sintetizam porções textuais de vários tamanhos, desempenhando uma importante função na dinâmica textual. Para Pacheco (2015), introduzem um novo referente discursivo ao texto, que se torna um argumento de predicções posteriores, ao mesmo tempo em que o sintagma nominal encapsulador ao ser novo, não figura no contexto.

Na visão de Koch (2008), os encapsulamentos podem ser considerados como elementos que apresentam maior necessidade de processamento que as anáforas indiretas, podendo ser construídos através do uso de pronomes e expressões nominais, além de envolver extensão textual variada e uso de referente para futuras predicções. Essa característica mostra que o produtor do texto necessita ter bem claro o segmento textual que vai encapsular, cabendo ao leitor identificar com exatidão o trecho do texto encapsulado, para chegar à interpretação adequada.

Na anáfora encapsuladora ocorre a possibilidade de uma maior progressão textual, podendo funcionar apenas para rotular segmento anterior, transformando-o em objeto-de-discurso, mas também servindo como meio orientador para que o interlocutor possa tirar conclusões acerca do discurso (KOCH, 2004b). Os encapsulamentos podem realizar-se ou por meio de pronomes, especialmente demonstrativos e indefinidos, ou por meio de SN, trazendo uma nova expressão no texto a partir de um referente que já vinha sendo trazido e relacionado no texto (CAVALCANTE; BRITO, 2013).

Caracterizando o encapsulamento anafórico, Conte (2003, p. 178) destaca:

É um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumitiva de uma porção precedente do texto. O sintagma nominal anafórico é construído com um nome geral como núcleo lexical e tem uma clara preferência pela determinação demonstrativa. Pelo encapsulamento anafórico, um novo referente discursivo é criado sob a base de uma informação velha; ele se torna o argumento de predicções posteriores.

As anáforas encapsuladoras são verificadas a partir da existência de determinantes e pronomes, especialmente demonstrativos, ou de substantivos que podem trazer sentido geral ou específico ao texto. Conforme Bertucci (2006), os encapsulamentos pairam entre as anáforas indiretas e diretas, tendo em vista que se por um lado há um referente pontual e específico ao qual a anáfora remeta, também pode ocorrer uma recuperação sem retomada de alguma parte que já foi ou será apontado no co(n)texto. É nessa perspectiva que a anáfora encapsuladora atua no rotulamento de algum trecho do texto, modificando-o de forma a se tornar objeto do discurso, bem como contribuindo para a continuidade do texto ou também para a promoção de avaliações subjetivas.

O encapsulamento anafórico ocorre sempre através de uma expressão nominal ou pronominal que tem como finalidades:

- Resumitiva, porque parafraseia, numa expressão, uma porção do contexto, acrescida de inúmeras outras informações contextuais;
- Coesiva, porque marca a articulação de ideias que vêm sendo desenvolvidas no texto e porque organiza tópicos textual-discursivos, colaborando para a continuidade e para a progressão temática;
- Metadiscursiva, porque a seleção da expressão encapsuladora revela a atitude reflexiva do locutor ao voltar-se para o seu próprio dizer; e
- Argumentativa, porque contribui efetivamente para a persuasão elaborada pelo enunciador (CAVALCANTE; MESQUITA, 2011, p. 5).

O encapsulamento é considerado por Koch (2008) como um processo de complexificação que (re)constrói o conteúdo pré-mencionado como uma entidade discursiva unificada⁵, desempenhando uma função central no estabelecimento da coerência textual. Desse modo, a anáfora encapsuladora é dependente do contexto, sendo que Conte (2003) destaca que ela pode atuar no eixo velho-novo do texto, ou seja, se torna um procedimento muito interessante de introdução de referentes no texto, tornando-se argumento para novas considerações no discurso e diferentes processos argumentativos.

Ainda, segundo Conte (2003), a nova expressão referencial que é motivada pelo discurso precedente exerce uma função retroativa, sendo um recurso de integração semântica. Nesse processo, o SN encapsulador gera um nível hierárquico mais elevado na semântica textual, sendo que geralmente aparece no início de um parágrafo e exerce uma função organizadora na estrutura discursiva.

É nessa perspectiva que o encapsulamento anafórico é considerado um princípio de organização, motivando o discurso e funcionamento de forma retroativa para que ocorra a integração semântica. Além disso, envolve a avaliação, tendo em vista que quando o núcleo do SN anafórico é um nome axiológico, o texto dispõe de fatos e eventos descritos. E, por fim, compreende a hipóstase de unidades pragmático-discursivas, uma vez que não pertence ao conteúdo do texto, mas pode também ser produto de categorização e hipostasiação de atos de fala e de funções argumentativas no discurso (CONTE, 2003).

⁵ “Um grupo de cientistas americanos e suíços anunciou na semana passada uma importante descoberta na compreensão dos mecanismos do cérebro. Eles concluíram o primeiro mapa da rede de neurônios existente no córtex cerebral, *região do cérebro responsável pelo raciocínio, planejamento e coordenação das atividades das outras áreas associadas a funções mais especializadas*. Ou seja, os pesquisadores descobriram quais são os caminhos percorridos na transmissão de informações de um neurônio a outro na região que comanda o cérebro. [...] **O estudo** foi publicado na edição online do jornal científico *PloS Biology*. [...] **A conquista** foi obtida a partir do uso (em cinco voluntários) de uma nova tecnologia de exame de imagem batizada de ‘imagem de espectro difuso’. Trata-se de uma evolução da ressonância magnética que permitiu aos pesquisadores estimar a densidade e a orientação das conexões entre os neurônios. **A eficácia de sua utilização** foi outro motivo de comemoração. Os resultados precisos indicados pelo exame o colocaram como um método com grande potencial para diagnóstico de lesões e doenças neurológicas e psiquiátricas” (*ISTO É*, no. 2018, Ano 31, 9/07/08, p.79) (In: KOCH, 2008, p. 106).

Considerando o objeto deste estudo, principalmente os textos editoriais que são aqueles que trazem a opinião do autor, destaca-se que os encapsulamentos tornam-se importantes instrumentos para o desenvolvimento do processo argumentativo dos autores. Para Bertucci (2006), há uma forte relação com os encapsulamentos e os textos de opinião, revelando a relevância desse recurso anafórico nesta modalidade.

Os textos de opinião, conforme Pacheco (2015), consistem num gênero onde impera o ponto de vista do produtor, cuja produção textual caracteriza-se pela utilização de dêiticos, do presente do indicativo e, sobretudo, de argumentos que servem para informar sobre um assunto, tecendo-se comentários acerca do tema em foco.

Segundo Lunardi e Freitas (2012), os encapsulamentos constituem-se em recursos remissivos que auxiliam na organização do texto. São responsáveis pela recuperação e recategorização de referentes, promovendo a progressão textual a partir de elementos axiológicos. Bertucci (2006) considera que os editoriais pretendem, muitas vezes, convencer o leitor sobre determinado assunto. Desse modo, nessas produções, as anáforas encapsuladoras e a utilização de rótulos avaliativos ajudam na construção de uma imagem que conduz o olhar do leitor para determinado foco.

Portanto, a utilização de encapsulamentos é uma escolha do locutor, não sendo algo neutro. Lunardi e Freitas (2012) afirmam que eles ajudam no progresso tópica da produção textual ao estabelecerem o objeto-de-discurso a partir de um trecho do texto. Essa anáfora gera uma designação de um ponto de vista, desenvolvendo os pontos cruciais do discurso argumentativo e funcionando como recurso coesivo.

Nesse sentido, conforme Pacheco (2015), o encapsulamento anafórico apesar de estar voltado à orientação discursiva, também possui uma ação sociocognitiva, assumindo um papel semântico, rotulador e avaliador do discurso. Já para Koch (2002), esse tipo de anáfora age no processo de recategorização dos objetos discursivos, estando a serviço das ações comunicativas do falante/escrevente, uma vez que ao possibilitar a introdução de novos referentes e mudar ou desviar o foco do discurso, faz como que ocorra uma retroação e progressão dos movimentos de construção textual.

As considerações trazidas ao longo deste capítulo possibilitam o embasamento necessário acerca das características e tipos de anáforas, especialmente as encapsuladoras, objeto deste estudo. Desse modo, o conteúdo apresentado auxilia no delineamento da proposta metodológica que será apresentado a seguir, visando analisar o uso dos encapsulamentos em editoriais de jornal. Essas anáforas encapsuladoras exercem um papel de extrema importância na construção do sentido do texto, uma vez que trazem dois movimentos textuais

importantes: primeiro retomam e resumem o já dito, garantindo a manutenção do que estava sendo dito e, segundo, apontam para um encaminhamento textual, a partir deste já dito, garantindo na sua essência a progressão textual.

4 METODOLOGIA E ANÁLISE DE *CORPUS*

Este trabalho se caracteriza como estudo bibliográfico, descritivo e analítico, de natureza qualitativa. Conforme Lakatos e Marconi (2002) a pesquisa bibliográfica é considerada uma fonte de coleta de dados secundária, podendo ser definida como aquela baseada em contribuições culturais ou científicas realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema.

Este estudo bibliográfico tem uma natureza exploratória, com abordagem qualitativa. Prodanov e Freitas (2009) considera que nesse tipo de pesquisa ocorre uma relação entre o mundo real e o sujeito que não pode ser considerada a partir de números.

O tema principal está relacionado com a referenciação, sendo que a investigação busca identificar informações referentes ao texto, principalmente a anáfora encapsuladora. Aborda-se a categorização desse recurso, a anáfora e seu conceito, os tipos e uma organização para a análise de editorial. O objetivo central desse trabalho é realizar um estudo sobre as anáforas encapsuladoras neste gênero textual, sendo que para a realização da pesquisa foram selecionados três editoriais publicados em jornal, material que será analisado com base nas questões teóricas apresentadas nos capítulos anteriores.

Como principal critério para a seleção dos editoriais que constituíram o *corpus*, foi observado o uso de anáforas encapsuladoras formadas por expressões resumitivas, por expressões com valor axiológico e por expressões nominalizadoras. A análise foi realizada em três editoriais publicados no jornal Zero Hora, considerado o principal jornal do Rio Grande do Sul.

A metodologia consistiu em realizar comentários sobre o gênero textual e, especificamente, sobre o editorial, gênero escolhido como *corpus* para a análise nesta pesquisa, demonstrando sua funcionalidade, suas características, sua abordagem e o seu uso. A análise ocorreu da seguinte forma: apresentação do texto, comentário sobre o texto, considerando seu tema e assunto, seleção das anáforas encapsuladoras diretas e indiretas, análise das anáforas encapsuladoras considerando a teoria que embasa esta pesquisa, e construção do sentido da anáfora encapsuladora no texto.

Antes do trabalho efetivo de análise, apresentam-se, a seguir, algumas considerações importantes sobre o gênero editorial, *corpus* dessa análise.

4.1 GÊNERO TEXTUAL: UMA MANIFESTAÇÃO DE LINGUAGEM

O cotidiano é cercado por práticas sociais intermediadas pela linguagem. Assim, para cada situação social há uma realização linguística que geralmente é caracterizada por objetivos específicos e esses são determinados pelos falantes que utilizam a língua para efetivar o processo de comunicação. Esse processo de comunicação é o que norteia qual gênero textual será construído.

Os gêneros textuais são elementos sócio-discursivos que se constituem como formas de agir e dizer o mundo, e como recursos para se trabalhar a língua nos mais diferentes usos. Consistem em construções teóricas de natureza linguística cuja composição envolve aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, etc., materializando diversas tipologias discursivas presentes nas atividades sociais e que circulam nas grandes esferas da atividade humana (PAOLINELLI; COSTA, 2006).

Para a compreensão do que é um gênero textual, Marcuschi (2003, p. 22), apresenta a seguinte definição:

Usamos a expressão *gênero textual* como uma noção propositalmente vaga para referir os *textos materializados* que encontramos em nossa vida diária e que apresentam *características sócio-comunicativas* definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição características. Se os tipos textuais são apenas meia dúzia, os gêneros são inúmeros. Alguns exemplos de gêneros textuais seriam: *telefonema, sermão, carta comercial, carta pessoal, romance, bilhete, reportagem jornalística, aula expositiva, reunião de condomínio, notícia jornalística, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, lista de compras, cardápio de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquérito policial, resenha, edital de concurso, piada, conversa espontânea, conferência, carta eletrônica, bate-papo por computador, aulas virtuais* e assim por diante. [grifos do autor]

Nota-se que os gêneros textuais têm uma função definida, sendo construídos para uma determinada finalidade. Já os tipos textuais obedecem a propriedades linguísticas intrínsecas presentes nos gêneros.

Assim, para a noção de tipo textual predomina a identificação de sequências linguísticas típicas como norteadoras; já para a noção de gênero textual, predominam os critérios de ação prática, circulação sócio-histórica, funcionalidade, conteúdo temático, estilo e composicionalidade, sendo que os domínios discursivos são as grandes esferas da atividade humana em que os textos circulam (MARCUSCHI, 2003, p. 24).

Os gêneros textuais segundo Para Marcuschi (2003) são configurações verbais da ação social, que traduzem domínios discursivos específicos. Através desse conceito, fica claro que os gêneros textuais têm íntima relação com a atividade social e comunicativa do ser humano.

Cabe ressaltar que os gêneros textuais, considerados produtos da história e das relações sociais, são elementos dinâmicos, presentes nos diversos contextos da sociedade. [...] Os gêneros textuais surgem, situam-se e integram-se funcionalmente nas culturas em que se desenvolvem. Caracterizam-se muito mais por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais do que por suas peculiaridades linguísticas e estruturais (MARCUSCHI, 2003, p. 20).

4.1.1 O gênero editorial: o foco deste trabalho

O editorial constitui-se num gênero de texto circulante em veículos de comunicação como jornais e revistas. Geralmente é construído, segundo Charaudeau (2006), no campo político e social, fazendo parte da dimensão opinativa do jornalismo, cuja intencionalidade é fazer uma leitura do real, diferentemente da dimensão informativa, que busca fazer uma reprodução da realidade.

Conforme Cardoso, Rocha e Cardoso (2012), o editorial consolida-se como um instrumento persuasivo que visa expressar formalmente uma opinião acerca de tema relevante para a sociedade, geralmente relacionado com algo que aconteceu ou que está acontecendo no momento do período da publicação.

Pereira e Rocha (2006) salientam que o gênero editorial está associado a um processo expressivo, opinativo e argumentativo, escrito pelo editor. Para Charaudeau (2006), o editorial caracteriza-se por ser um acontecimento comentado e relatado, pelo seu autor, revelando seu engajamento e a instituição que representa. Esse tipo de texto, de acordo com Cardoso, Rocha e Cardoso (2012), é constituído de cabeçalho, notícia-chave e opinião. A opinião pode estar implícita, sutil ou explícita, sendo a linguagem referencial, com o predomínio do ponto de vista, o que a difere da linguagem da notícia que é voltada, principalmente, para a opinião pública.

Teixeira e Fuzer (2011) consideram que o gênero editorial tem uma função social, pois é construído para apresentar uma posição acerca de algum acontecimento, política ou fato social recente, apresentando argumentos que possam influenciar, de alguma maneira, a opinião dos leitores. A partir dessa finalidade, considera-se esse texto como fundamentado em torno de uma base dissertativo-argumentativa, onde os enunciados que orientam a argumentação expõem marcas linguísticas como operadores argumentativos, índices de avaliação, modalizadores, colaborando para indicar a tese e os argumentos utilizados para seu desenvolvimento.

De forma semelhante, Alves Filho, Silva e Alexandre (2011) esclarecem que o editorial é um gênero praticamente obrigatório na imprensa escrita, e que atingiu ao longo do tempo grande tradição nesse meio. A opinião trazida nos editoriais pode ser fruto de representações sociais ou de experiências pessoais do editor, justificando o uso de um estilo que caracteriza o editorial, tais como: uso de modalizadores, terceira pessoa, verbos no presente, adjetivação e registro culto da linguagem escrita.

O editorial pode ser classificado na categoria acontecimento comentado, sendo que, conforme Charaudeau (2006) podem ser identificadas algumas categorias de modos discursivos, tais como: relatar, comentar e provocar o acontecimento.

Cardoso, Rocha e Cardoso (2012) esclarecem que os autores de editoriais utilizam a referenciação como meio para estruturar e dar maior clareza e sentido específico para o seu texto, uma vez que nesse processo o autor faz escolhas em função de seu projeto de dizer. Assim, a referenciação possibilita ampliar o discurso tanto na execução quanto na progressão textual, considerando estratégias específicas para uma maior intenção comunicativa.

A referenciação no gênero editorial, de acordo com Alves Filho, Silva e Alexandre (2011), pode envolver aspectos axiológicos que se coadunam ao propósito comunicativo do gênero, dando ênfase a fatos e eventos da vida social ou fazendo críticas à certas ações. Nesse tipo de texto pode ocorrer ou não a separação de fatos e opiniões, sendo que os referentes possibilitam diferentes retomadas e formulações, o que exige do leitor o uso de conhecimentos próprios para compreender o sentido do texto.

Teixeira e Fuzer (2011) consideram que no editorial é comum que o processo de sentido do discurso ultrapasse o que está escrito, uma vez que o processo compreensivo textual pode estar justamente no campo exterior, ampliando a importância da seleção de informações para que ocorra uma adequada construção do sentido do texto.

A partir de tudo que até aqui se construiu – questões teóricas da Linguística Textual, recortadas para esta pesquisa, e questões sobre gênero textual –, elabora-se então a análise do fenômeno que se destaca: as anáforas encapsuladoras.

4.2 ANÁLISE DE *CORPUS*

Para dar seguimento ao estudo do processo de referenciação textual, principalmente o papel das anáforas encapsuladoras na construção do sentido do texto, e análise de *corpus* apresentam-se considerações teórico-analíticas. A organização desta significativa parte do trabalho, levou em consideração a disposição dos textos em quadros para uma melhor

visualização. Em seguida, destacam-se no texto os referentes e as expressões de anáforas encapsuladoras. A análise está organizada, respeitando os seguintes passos:

- a) escolha dos textos de editorial publicados no jornal Zero Hora;
- b) transcrição do texto a ser analisado;
- c) comentário sobre o assunto do texto;
- d) seleção das expressões de anáforas encapsuladoras;
- e) análise das anáforas encapsuladoras, embasada no referencial teórico deste estudo;
- f) observação acerca do sentido construído pela anáfora encapsuladora no texto em questão;
- g) reflexões acerca do sentido das anáforas em relação à textualidade construída no texto em análise.

A escolha do gênero editorial para fazer a análise de *corpus* se deu pelo fato de ser este um texto útil para as aulas de Língua Portuguesa, por trazer a opinião do autor e por ter grande circulação nas escolas entre professores e alunos. Na maioria das vezes nos deparamos com situações de leitura e escrita que requer o uso deste gênero – o editorial, bem como a observação das anáforas encapsuladoras, principal objeto desse estudo, na construção do sentido do texto. Assim, a produção desse tipo de texto exige o uso de recursos que envolvam os elementos da textualidade, fazendo com que o texto tenha sentido e progressão. É importante que o produtor se preocupe na hora de inserir os antecedentes e as anáforas encapsuladoras, para que o leitor do texto/editorial entenda a mensagem e perceba o porquê foram empregados certos elementos encapsuladores.

A seguir, apresentamos análises dos textos, tendo presente o estudo teórico feito até aqui e os procedimentos de análise apresentados no item anterior.

4.2.1 Editorial 1

O primeiro texto é apresentado no Quadro 4, consistindo no editorial “Diga não ao trabalho infantil”, de Aline Doral Stefani Fagundes, Juíza do Trabalho, publicado no Jornal Zero Hora, no dia 11 de outubro de 2018.

Quadro 4 – Editorial 1: Diga não ao trabalho infantil

1	<i>O combate ao trabalho infantil é um tema fácil de ser abordado quando falamos de</i>
2	<i>trabalhos degradantes e explorações por adultos ociosos que se valem dos filhos para a</i>
3	<i>construção da renda familiar. A "porca torce o rabo", no entanto, quando o trabalho infantil</i>
4	<i>se apresenta como alternativa para a fome ou o potencial contato com drogas.</i>
5	<i>É difícil abordar o tema em regiões carentes ou, mesmo não tão carentes, marcadas por</i>
6	<i>uma cultura de trabalho árduo. É nessa hora que somos olhados como mensageiros de um</i>
7	<i>discurso teórico e desconectado da realidade. Porém, números nos levam a defender a</i>
8	<i>causa. Em primeiro lugar, é fundamental ter presente que fome e envolvimento com drogas</i>
9	<i>não são alternativas, e, sim, patologias sociais. Logo, claro que é melhor estar trabalhando</i>
10	<i>do que morrer pela fome ou pela droga. É o mal menor. O trabalho infantil nessas</i>
11	<i>condições, entretanto, não pode ser encarado como uma solução. Muitas pessoas se</i>
12	<i>orgulham de ter começado a trabalhar cedo, com 10, 11 anos de idade, e atribuem seu</i>
13	<i>sucesso a essa experiência. É justo que se orgulhem, pois são vencedores de um grupo</i>
14	<i>sobre o qual inúmeros estudos mostram que, quanto antes o ingresso no mercado de</i>
15	<i>trabalho, menor o salário alcançado. O trabalho precoce é um forte fator de estímulo à</i>
16	<i>evasão escolar. Jovens com baixa escolaridade têm as mais altas taxas de vitimização por</i>
17	<i>homicídios, que cai fortemente entre os que terminam o ensino fundamental. O simples</i>
18	<i>ingresso no ensino médio reduz em mais de 50% a chance de o jovem entrar para a</i>
19	<i>criminalidade.</i>
20	<i>A expressão "quando a porca torce o rabo" foi cunhada a partir de um antigo modo de</i>
21	<i>apartar os animais. Torciam o rabo do porco para fazer com que avançasse para o lugar</i>
22	<i>desejado. Designa situação de extrema dificuldade, de tomada de decisão. O trabalho</i>
23	<i>infantil como alternativa à fome e ao mundo do crime é, sem dúvida, o retrato de uma</i>
24	<i>extrema dificuldade. Quanto à tomada de decisão, vamos torcer o rabo para o lado certo:</i>
25	<i>diga NÃO ao trabalho infantil.</i>

Fonte: Fagundes (2018) - <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniaio/noticia/2018/10/diga-nao-ao-trabalho-infantil-cjn4ujt6r049p01pim6uxg4jr.html> [grifos da autora]

O editorial “Diga não ao trabalho escravo infantil” traz como tema a exploração de menores com o trabalho infantil. Inicialmente, expõe a consequência do ato dos adultos e, explorarem os menores na questão dos maus tratos, como forma de ganhar dinheiro para diminuir a fome ou como pagamento para manter o vício das drogas. O texto defende que o problema do trabalho escravo infantil ocorre em todo o país, porém a situação piora um pouco quando se trata de regiões mais pobres. Não é possível fechar os olhos para o problema e pensar que é melhor a criança estar trabalhando do que estar no mundo da criminalidade.

O texto ainda aponta que o trabalho infantil não é a solução para a fome ou para as drogas. Muitas pessoas se orgulham de ter começado a trabalhar cedo, porém isso vai acarretar prejuízos no futuro. Outro fator abordado é o da evasão escolar, sendo esta uma consequência do trabalho precoce. A evasão escolar também pode contribuir para a criminalidade porque muitos

adolescentes que não concluem o ensino fundamental vão para o mundo do crime. Por outro lado, se conseguirem atingir o ensino médio, o número cai para 50%.

Assim, o texto convoca para que todos abracem juntos essa causa, dizendo não ao trabalho infantil, sem a desculpa de que para sair do mundo das drogas e do crime a criança tem de trabalhar e manter-se ocupada.

Após essa análise inicial, no Quadro 5 são apresentadas a seleção das anáforas encapsuladoras contidas no texto:

Quadro 5 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras do Editorial 1

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
Combate ao trabalho infantil l.1	Tema l.1, causa l.8
Trabalho infantil l.3	Trabalho degradante l.1, trabalho árduo l.6, trabalho precoce l.15
Contato com drogas l.4	Envolvimento com drogas l.8
Criminalidade l.19	Mundo do crime l.22
Pessoas l.11	Vencedores l.13
Morrer pela fome ou pela droga l.10	Nessas condições l.10 e l.11
Trabalho precoce l.15	Essa experiência l.13
Situação de extrema dificuldade l.22	A fome, mundo do crime l.22
fome e envolvimento com drogas l.8	patologias sociais l.9
estar trabalhando l.9	É o mal menor l.10
trabalhar cedo l.12	essa experiência l.13
quando a porca torce o rabo l.20	tomada de decisão l.22

Fonte: A autora (2019)

O elemento selecionado para fazer a análise desse trabalho é a anáfora encapsuladora. Pretende-se realizar dentro do referencial teórico desenvolvido nessa dissertação, a organização das anáforas conforme Halliday e Hassan (1976 apud MARCUSCHI, 2012), considerando o texto como uma unidade em uso. Não é uma unidade gramatical, tal como uma frase ou uma sentença, e não é definido por sua extensão. Para os autores, um texto é uma unidade semântica: não é uma unidade de forma e sim de sentido. Diante disso, o texto não é produzido em sentenças, ele apenas se realiza em sentenças, de modo que não se dá a integração entre as partes como as partes de uma sentença se unem entre si.

A referência anafórica, segundo Silveira (1999), possibilita o estabelecimento de interações entre os elementos situacionais e discursivos, promovendo mecanismos para que se mantenha o controle daquilo que está sendo enunciado, mantendo a função de repetição do referente identificado e reconhecido por meio de outra expressão num dado discurso.

Na classificação dos tipos de anáfora, destaca-se a categorização proposta por Koch (2005) que divide as anáforas em correferenciais e não correferenciais. As anáforas correferenciais são também consideradas anáforas diretas e as não correferenciais incluem as anáforas indiretas que abrigam três subtipos: as associativas, as inferenciais ou rotuladoras e as encapsuladoras. Dentro desse grupo, destaca-se a anáfora encapsuladora que além da função de dar sentido ao texto, também faz uso da retomada de antecedentes que serve de recurso para dar segmento ao texto. Assim, as anáforas encapsuladoras, através de elementos da textualidade, conduzem o desenvolvimento textual de modo coeso e coerente.

Pode-se perceber na análise do Quadro 5 que os elementos em itálico destacados do texto retomam o que já foi citado anteriormente. Como pode ser analisado, esse processo faz com que o texto mude sua estrutura, porque busca uma expressão anterior, trazendo de volta para o foco, porém com outro sentido. A função da anáfora encapsuladora vai além de resumir um antecedente. Sempre que inserirmos um sintagma novo no texto, dá sentido àquilo que foi dito anteriormente permeando as partes do texto, trazendo informações novas, alicerçadas nas já mencionadas como é o caso da expressão, *quando a porca torce o rabo l.20* é um referente sobre um dizer antigo, mas que é retomado logo em seguida no texto por uma expressão de anáfora encapsuladora, *tomada de decisão l.22*.

De acordo com Bertucci (2006), as anáforas encapsuladoras ou encapsulamentos constituem-se como uma forma de expressão referencial que recupera uma parte do texto (ou do discurso) – e não apenas como um referente pontual – por meio de nominalizações, rótulos ou dêiticos. Pode-se considerar que uma característica da anáfora encapsuladora é ser híbrida, uma vez que não possui um referente pontual no texto (por isso tem característica de anáfora indireta), mas ao mesmo tempo recupera sem retomar o que há no co(n)texto (o que é característica da anáfora direta).

O encapsulamento ocorre no texto pelo uso de pronomes l.10 e l.11 *nessas* e por sintagmas nominais como: *trabalho degradante l.1*, *trabalho árduo l.6*, *trabalho precoce l.15*, *envolvimento com drogas l.8*, *estar trabalhando l.9* e *mundo do crime l.22*. Aqui as anáforas encapsuladoras funcionam como uma “espinha dorsal do texto”, norteando a partir dos objetos de discurso e possibilitando orientar o leitor nesse texto para a construção de sentido.

Os encapsulamentos, conforme Koch (2008) podem ser considerados como elementos que apresentam maior custo de processamento que as anáforas indiretas, podendo ser efetivados por meio de formas pronominais neutras (*isto*, *isso*, *aquilo*, *o*), e também expressões nominais (definidas, demonstrativas ou indefinidas). Essas anáforas envolvem um

segmento textual de extensão variada e constrói-se, com base nele, uma entidade discursiva, a qual passa a constituir um referente para futuras predicções.

No editorial analisado, percebe-se que os pronomes demonstrativos *nessas* l.10 e l.11 e *essa experiência* l.13, não têm uma referência autônoma porque depende do suporte de um elemento anterior para ter sentido. Assim, estão inseridas as informações do cotexto, possibilitando que o destinatário constate qual é o antecedente recategorizado.

Os referentes, *fome e envolvimento com drogas* e l.8 *morrer pela fome ou pela droga* l.10 está presente no texto para fazer rotulação e fazer referência àquilo já mencionado anteriormente dando continuidade ao texto. O elemento de coesão garante a sequência linguística do editorial, de forma estrutural produzindo sentido. O encapsulamento se dá por meio de pronominalizações através dos elementos *nessas condições* l.10 e l.11 pertence à fome e à droga que são condizentes com a situação precária de passar fome e usar drogas e *patologias sociais* l.9 que tem função resumitiva para retomar o problema da fome e envolvimento com as drogas.

A conclusão é de que o sentido do texto editorial foi instaurado de forma determinada através da seleção de expressões definidas, apontando o caminho da compreensão do texto lido, bem como sua interpretação. Assim, na construção de sentido do texto, o papel das anáforas encapsuladoras é de organizar a estrutura do editorial, aproximando o autor e o leitor com seus respectivos conhecimentos.

4.2.2 Editorial 2

O segundo texto é apresentado no Quadro 6, com o editorial de 05 de setembro de 2015 intitulado “Casa do futuro já é realidade”, de Nelson Mattos, um gaúcho que é Doutor em Ciências da Computação e reside em Silicon Valley, Califórnia.

Quadro 6 – Editorial 2: Casa do futuro já é realidade

1	<i>A casa inteligente</i> já não é algo do futuro. A quinta transformação causada pela
2	internet é a sua expansão para abranger todas as coisas, chamada Internet das Coisas (IoT).
3	Nesta expansão, uma série de dispositivos e <i>aparelhos inteligentes</i> conectados à internet estão
4	sendo criados, <i>transformando nossas vidas</i> . Não há lugar melhor para presenciar tal
5	transformação do que nas <i>casas modernas</i> (ou inteligentes).
6	<i>Tais casas</i> já têm <i>aparelhos projetados</i> para operar “nos bastidores”, sem
7	configuração ou interação com o <i>usuário</i> . A conectividade à internet permite que <i>tais</i>
8	<i>aparelhos</i> e dispositivos juntem dados colhidos localmente com dados de outras fontes a fim
9	de melhorar seu próprio desempenho. Já existem sistemas de irrigação (sprinklers) que captam
10	a temperatura e umidade local e usam previsões do tempo vindas da internet para determinar
11	se seu gramado precisa ser molhado e com quanta água. Esses dispositivos são também
12	equipados com tecnologia de autoaprendizagem que, muito rapidamente, detectam nossa
13	presença e aprendem nossas rotinas diárias. Já estão disponíveis termostatos que aprendem as
14	temperaturas que consideramos agradáveis dentro de casa e se autoprogramam para manter
15	tais temperaturas e detectam quando não há <i>ninguém</i> em casa, automaticamente ajustando a
16	temperatura para economizar energia. Existem sistemas de segurança com câmeras de vídeo e
17	sensores que captam a qualidade do ar, movimento, som, temperatura e vibração e aprendem o
18	que é considerado atividade normal em casa a fim de alertá-lo somente <i>quando há algo fora</i>
19	<i>do comum</i> . E, quando alertado, você pode ver o que está acontecendo através das câmeras de
20	segurança, acender as luzes e aproximar a câmera para ver um detalhe, ouvir e falar de volta.
21	Isso reduz significativamente a <i>incidência de falsos alarmes</i> e elimina a necessidade de <i>ter</i>
22	<i>alguém constantemente monitorando as câmeras</i> . E, além de serem mais eficazes, <i>esses</i>
23	<i>sistemas</i> são ainda mais baratos do que serviços de segurança monitorados por pessoas.
24	Se analisarmos os <i>produtos já disponíveis no mercado</i> americano, identificamos
25	quatro <i>tendências</i> .
26	Primeira: Não se acanhe! Com a <i>Internet das Coisas</i> , você pode controlar sua casa de
27	qualquer lugar do mundo a partir do seu <i>telefone, tablet ou laptop</i> . Esqueceu o ar-
28	condicionado ligado? Desligue-o com seu celular e economize energia. Saiu de férias? Mande
29	seu sistema de segurança passar a enviar alertas aos seus pais. Vai chegar mais tarde em casa?
30	Feche as cortinas da sala para ninguém olhar para dentro. Saiu do trabalho? Ligue o forno
31	para a janta estar pronta quando chegar em casa. Moral da história: você não precisa mais
32	estar em casa para controlá-la!
33	Segunda: Não se preocupe! Será que tranquei a porta? Será que desliguei as luzes?
34	Todos nós temos momentos como esse, mas não se você tem uma casa inteligente. Ela o
35	chama quando for necessário. Você recebe <i>uma notificação</i> quando a porta da frente ficar
36	deschaveada ou se a porta da garagem permanecer aberta. Sua máquina de lavar roupa e a
37	secadora o avisam quando completaram o ciclo; seu refrigerador lhe diz quando é hora de
38	trocar o filtro; sua lava-louça vai lembrá-lo de que as pastilhas de limpeza estão acabando e
39	pode até mesmo conectá-lo a sites de onde encomendar mais. Também não se preocupe mais
40	com seus pais idosos. Eles já podem ter chinelos inteligentes cujos sensores sabem se a pessoa
41	está de pé e identificam uma queda. No caso de queda, eles se <i>conectam com você</i>
42	automaticamente, estabelecendo uma <i>comunicação bidirecional</i> para <i>você falar diretamente</i>
43	<i>com eles</i> e o GPS embutido no chinelo lhe diz exatamente onde seus pais estão. E,
44	obviamente, os chinelos avisam quando a pilha precisa ser recarregada.
45	Terceira: Não se assuste! Sua casa se otimiza e se personaliza <i>para servi-lo melhor</i> . Os
46	<i>aparelhos trabalham</i> em conjunto fazendo <i>suas rotinas</i> menos desgastantes. Pela manhã, por
47	exemplo, sua casa se programa para acender as luzes se ainda estiver escuro ou abrir as
48	cortinas se claro, <i>ajustar a temperatura</i> do ar condicionado, ligar o rádio, bem como a
49	cafeteira. Sua casa também desliga as luzes quando fica claro, fecha as cortinas quando entra
50	muito sol, e desliga o <i>ar-condicionado, o rádio e a cafeteira</i> quando você sair. Seus

51	<i>eletrodomésticos monitoram as flutuações das taxas de eletricidade</i> (algo que pode variar
52	significativamente ao longo do dia) e executam tarefas que consomem mais energia, como
53	descongelar o refrigerador ou secar a roupa pesada quando as taxas são mais baixas. Sua cama
54	lhe proporciona uma noite bem melhor. Seu colchão aprende quando você geralmente dorme e
55	prepara sua cama numa temperatura agradável para você adormecer mais rápido. Também
56	monitora a qualidade do seu sono, incluindo as fases do sono, <i>os batimentos cardíacos e o</i>
57	<i>nível de respiração</i> e usa <i>esses dados</i> para definir o melhor momento para <i>acordá-lo</i> – numa
58	fase de sono leve e alto nível de energia. Assim, você nunca <i>mais desperta</i> grogue.
59	Quarta: Não se constranja! Falar com sua casa não é mais estranho. Você pode ter um
60	aparelho com interface ativada por voz que comanda verbalmente todos os dispositivos.
61	Quando você chega em casa à tardinha pode simplesmente mandar: desligue o alarme que já
62	cheguei, acenda a luz da cozinha e da sala, ligue o forno, ajuste a temperatura para 24 graus,
63	diga-me a previsão do tempo para amanhã, o valor do dólar, e ligue a TV quando o noticiário
64	começar. Ah! E programe-se para me acordar às 7h, e as crianças, quando eu sair do chuveiro.
65	O que considerávamos futuro já está disponível <i>hoje!</i> Casas inteligentes com
66	<i>aparelhos que tornam nossa vida mais confortável</i> e melhoram o consumo de energia, água e
67	<i>outros recursos</i> já são uma <i>realidade</i> . Cuidar de uma casa nunca foi tão fácil com <i>as</i>
68	<i>maravilhas da internet!</i>

Fonte: Mattos (2015) - <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/09/05/artigo-casa-do-futuro-ja-e-realidade/>
[grifos da autora]

No editorial “Casa do futuro já é realidade” são apresentados os benefícios das novas tecnologias criadas por meio da internet. O autor nos apresenta uma série de novidades capazes de nos atrair, bem como viajar para o futuro pensando como podemos usufruir de tais benefícios de maneira fácil e econômica. O texto chama atenção para tantas opções de praticidade geradas pela internet. Segundo ele, uma série de dispositivos e aparelhos estão sendo criados a cada dia para transformar nossas vidas. Um dos benefícios da casa do futuro é a redução do consumo de energia elétrica e de água. Nesse sistema basta que você fale o que precisa fazer e o dispositivo obedece, sendo a tecnologia ativada através do comando de voz ou vice-versa, ou seja, o próprio sistema avisa quando acabou o ciclo da máquina de lavar, por exemplo.

Na casa inteligente as inovações são contínuas. Ela se preocupa com seu sono, sendo o colchão criado para cada tipo de ambiente proporcionando conforto na hora de dormir, adaptando o colchão para cada pessoa, mudando a temperatura para melhorar o sono e contribuir para um despertar tranquilo.

A casa que parecia ser do futuro, agora já está se tornando realidade e atraindo os vários adeptos da internet e das novas tecnologias. A cada dia que passa mais novidades vão surgindo e atraindo mais consumidores. Cada vez mais pessoas vão aderindo aos sistemas tecnológicos, o que pode também gerar uma grande dependência da internet e das infinitas possibilidades que ela oferece.

No Quadro 7, os referentes e expressões anafóricas encapsuladoras.

Quadro 7 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras do Editorial 2

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
A casa inteligente l.1	casas modernas l.5 tais casas l.6
Internet das Coisas l.2	Maravilhas da internet l.67/68
telefone, tablet ou laptop l.27	Aparelhos inteligentes l.3 tais aparelhos l.7 aparelhos projetados l.6
Usuário l.7	Você l. 41 ninguém l.15
Algo fora do comum l.19	Incidência de falsos alarmes l.21
Produtos disponíveis no mercado l.24	Tendências l.25
Ar condicionado, cafeteira, rádio l.50	Seus eletrodomésticos l.50 /l.51
Flutuações das taxas de eletricidade l.51	Melhoram o consumo de energia l.66
os batimentos cardíacos e o nível de respiração l.56/l.57	esses dados l.57
Acordá-lo l.57	Desperta l.57
Hoje l.65	Realidade l.67

Fonte: A autora (2019)

No editorial “A casa do futuro já é realidade”, a anáfora encapsuladora exerce um papel muito importante na organização e construção do sentido, como diz Koch e Elias (2006, p. 125-126): “a retomada ou manutenção diz respeito a um ‘objeto’ já presente no texto que é reativado por meio de uma forma referencial de modo que o objeto-de-discurso permaneça em foco”.

Pode-se verificar no primeiro caso de encapsulamento que analisamos: *casas modernas.l.5 tais casas l.6*, que se apoiam no antecedente para dar seguimento ao texto. Assim, pode-se perceber que a substituição não funciona como um elemento coesivo e sim como uma forma de definir o que foi mencionado anteriormente: *a casa do futuro*. Essa anáfora pode ser entendida como uma anáfora direta, pois funciona como um substituto do elemento retomado. É possível afirmar que há outras anáforas diretas destacadas no texto: *maravilhas da internet l.68*, fazendo o leitor reativar na memória a expressão citada lá na *l.2 internet das coisas*. Esse termo destacado não tem o mesmo significado, porém, reconstrói um novo sentido, pois, o autor chama a atenção do leitor afirmando que na internet tem as melhores coisas, ou seja, as maravilhas.

A seqüência do texto vai tomando forma quando o autor usa de vários recursos para dar continuidade ao discurso. Cavalcante (2003) distingue as anáforas correferenciais considerando que nesse tipo ocorre o uso de duas expressões referenciais que apontam para o

mesmo referente, seja de forma retrospectiva ou prospectiva. Para esse autor, elas podem ser de três formas: co-significativas, recategorizadoras ou nem uma coisa nem outra.

A expressão anafórica usada pelo autor no editorial, *ninguém* 1.15 e *você* 1.41 dirige-se ao leitor que está interessado em usufruir das novidades criadas pela internet. Esse encapsulamento se dá através da substituição do substantivo *usuário* 1.7. Nesse caso, acontece uma pronominalização, cuja função é manter o foco em uma determinada parte que antecede o texto. Não tem possibilidade de construir sentido apenas com os pronomes *você* e *ninguém*. No encapsulamento *esses dados* 1.57, torna-se necessário que o leitor busque um antecedente explícito para que haja a sua compreensão e possa prosseguir a leitura, no caso, *os batimentos cardíacos e o nível de respiração* 1.56/1.57. Desse modo, pode-se concluir que esse termo tem valor apenas coesivo.

A expressão nominal *Aparelhos inteligentes* 1.3/*tais aparelhos* 1.7/*aparelhos projetados* 1.6, também destacada no editorial em análise, recategoriza *telefone, tablet ou laptop* 1.27 dando conta ao leitor de que eles não são considerados ali como objetos, mas como seres inteligentes que coordenam uma casa sem que o proprietário precise interferir nos comandos. Segundo Koch (2004b), na anáfora encapsuladora ocorre a possibilidade de uma maior progressão textual, podendo funcionar apenas para rotular segmento anterior, transformando-o em objeto-de-discurso, mas também servindo como meio orientador para que o interlocutor possa tirar conclusões acerca do discurso.

Podemos dizer que há anáforas encapsuladoras desse editorial podem ser rotuladoras de alguns fragmentos do texto, convertendo-o em objeto do discurso proporcionando a progressão textual. É o caso de *Algo fora do comum* 1.19, *Produtos disponíveis no mercado* 1.24 e *Flutuações das taxas de eletricidade* 1.51. A primeira anáfora encapsuladora destacada, *Incidência de falsos alarmes* 1.21 remete à informação *Algo fora do comum* 1.19 que orienta o leitor à porção antecedente.

Na sequência, a anáfora *melhoram o consumo de energia* 1.66, estabelece um novo referente baseado em *Flutuações das taxas de eletricidade* 1.51. Nesse caso a anáfora encapsuladora retoma porções antecedentes, mas, ao mesmo tempo requer do leitor algumas informações adicionais para dar sequência ao texto. Pode-se verificar pelo contexto que só melhora o consumo de energia através das flutuações de eletricidade, sendo necessário que se recorra ao contexto para construir sentido.

No terceiro parágrafo, a anáfora encapsuladora *tendências* 1.25 retoma a informação *produtos disponíveis no mercado* 1.24 e segue dando sequência ao texto. Percebe-se que o uso desse termo não está situado no texto apenas como elemento coesivo, mas também esclarece o

fato de que estão no mercado os produtos, que são tendências e atraem o consumidor a levar para casa. O encapsulamento é considerado por Koch (2008) como um mecanismo complexo que é capaz de reconstruir o conteúdo anteriormente mencionado, mantendo a unidade discursiva, o que faz com que desempenhe uma função essencial para a formação da coerência textual.

Os termos *Desperta* 1.57 e *Realidade* 1.67 dão coerência ao texto retomando *acordá-lo* 1.57 e *hoje* 1.65 que tem como função elemento coesivo e orienta o leitor à porção antecedente a que faz referência.

O editorial “A casa do futuro já é realidade” pode ser analisado como uma tessitura textual, pode-se perceber que a organização textual se dá através do emprego das anáforas formando um arranjo harmonioso entre a coerência e a coesão. Diante disso, Koch (2009b) afirma que o texto não tem um fim em si mesmo, ou seja, não se encerra no limite dos elementos linguísticos. Isso mostra que o texto se constrói e se transforma como fenômeno comunicativo que está relacionado à uma complexa rede de ligações que envolve o cotexto e o contexto.

Por isso, a produção, a leitura e a elaboração de sentido das anáforas encapsuladoras desse editorial acontecem através das experiências socioculturais do leitor. Quem escreve o produz a partir da sua experiência e do seu ponto de vista com relação ao assunto abordado. Por outro lado, quem lê, faz suas próprias conclusões, suas análises aceitando ou não. Esse é um processo baseado na interação dos interlocutores, ativando elemento cognitivos, semânticos, interativos e socioculturais (KOCH, 1992).

Ainda sobre isso, Koch (1997) orienta que a Linguística ou teoria do texto tem ampliado sua função, agregando campos outras áreas para explicar a interação social que acontece em torno do texto, e a necessidade de conceber a produção da linguagem a partir das diferentes marcas do processo e que são responsáveis pela produção de sentidos.

Os fatores da textualidade estão presentes no editorial, pois observa-se que a estrutura está organizada a partir de tais fatores. Percebe-se a presença acentuada da informatividade a qual diz respeito àquilo que é veiculado, informações já conhecidas ou as que precisam ainda ser assimiladas através da leitura e compreensão. As anáforas encapsuladoras também estão interligadas ao fator da intencionalidade, pois fazem referência a quem escreve, ou seja, as pretensões do escritor reveladas ao produzir o editorial. Na verdade, as anáforas encapsuladoras colaboram para a construção da textualidade do texto, colaborando na sua progressão temática. Ao rotular ou sumarizar termos num texto, automaticamente a leitura

desse texto – a partir do termo encapsulador – toma rumos outros que podem ser destacados na leitura de diferentes leitores.

Na próxima seção, dá-se ênfase a análise das anáforas encapsuladoras em mais um editorial.

4.2.3 Editorial 3

Este editorial é escrito por Rafael Souto, sócio-fundador e CEO da Produtiva Carreira e Conexões com o Mercado. Foi publicado no Jornal Zero Hora no dia 31 de janeiro de 2019, tendo como título “O novo profissional deve repensar o modo de se posicionar na sociedade”. (Quadro 8).

Quadro 8 – Editorial 3: O novo profissional deve repensar o modo de se posicionar na sociedade

1	Pensar na <i>carreira</i> é algo necessário a todo momento, não importa se o <i>profissional</i>
2	está trabalhando ou em busca de recolocação no <i>mercado de trabalho</i> ou se deseja
3	<i>empreender</i> . Uma das formas de fazer <i>esta gestão</i> é por meio da conectividade, que é
4	semelhante ao <i>networking</i> – termo já bem antigo, principalmente se ainda for associado
5	apenas a reunir pessoas e <i>estabelecer novos relacionamentos</i> .
6	<i>A conectividade</i> é um nível mais avançado. É a capacidade real de usar contatos e
7	impulsionar a carreira. Um novo jeito de <i>construir relações</i> . Está longe de <i>coleccionar nomes</i>
8	nas <i>redes sociais</i> . É preciso ser um <i>agente de conexões</i> entre pessoas. Procurar <i>alguém</i> quando
9	precisa de trabalho ou informações faz parte do antigo modelo, deixa o profissional vulnerável
10	e com uma imagem prejudicada.
11	<i>A lógica da conectividade</i> funciona como uma <i>roda giratória</i> que articula interesses e
12	estimula <i>encontros entre pessoas</i> . <i>A premissa</i> está em <i>impulsionar a rede</i> de modo coletivo.
13	<i>Esse novo modelo</i> exige tempo, energia e vontade genuína de ajudar. <i>As demandas individuais</i>
14	devem estar inseridas <i>nessa roda de ações</i> , mas não podem ser o <i>único motivador</i> . Quando
15	busco informações, também as entrego. Se sou procurado, também ajudo.
16	<i>O profissional da atualidade</i> não ajuda as pessoas somente pelas posições que elas
17	possuem ou apenas quem possa gerar algum retorno. <i>A prática</i> é oposta: <i>ajudar as pessoas</i> em
18	qualquer instância. Sair <i>desta visão</i> míope é se transformar para a <i>era da colaboração</i> .
19	Quem faz <i>este cultivo</i> de forma recorrente e por toda a carreira, dentro e fora da
20	empresa, <i>via rede social</i> ou pessoalmente, terá mais visibilidade e, portanto, mais chances de
21	ser considerado para um novo projeto ou para uma nova posição ou ainda ter mais facilidade
22	quando quiser fazer um <i>movimento no mercado</i> .
23	<i>Essa competência</i> de estar conectado e gerar conectividade é mais natural para
24	algumas pessoas, mas é <i>algo que pode ser desenvolvido</i> . Por isso, o <i>novo profissional</i> deve
25	repensar seu modo de se posicionar e a forma de <i>contribuir na sociedade</i> . <i>Conectar pessoas,</i>
26	<i>projetos</i> e colocar-se neles é mais do que ter <i>uma lista de contatos estática</i> .
27	Precisamos transformar nossas mentes para continuarmos evoluindo e fortalecendo o
28	<i>nosso legado profissional</i> .

Fonte: Souto (2019) - <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniaio/noticia/2019/01/o-novo-profissional-deve-repensar-o-modo-de-se-posicionar-na-sociedade-cjrl05mu0020s01q9u5t7scpo.html> [grifos da autora]

Rafael Souto, autor do editorial “O novo profissional deve repensar o modo de se posicionar na sociedade”, expõe um tema muito comentado atualmente, tendo em vista a explosão da era digital. Nesse contexto, a conectividade se tornou uma grande aliada no mercado de trabalho entre os profissionais que buscam uma carreira promissora.

O autor apresenta várias estratégias para quem quer inovar no mercado profissional. Segundo Rafael Souto, o novo profissional deve ir além de uma lista de contatos para contratar um profissional bem qualificado. A conectividade auxilia o novo profissional e impulsiona para uma carreira promissora e funciona como uma roda de ações em que um profissional ajuda o outro. Por outro lado, a pessoa não pode ser única em motivar, também deve compartilhar informações, ou seja, deve estar capacitado e preparado para a era da conectividade.

O sistema não funciona somente através das redes sociais, mas também pessoalmente. O importante é o profissional desenvolver, de forma recorrente e mútua, ações de maior visibilidade, fazendo com que a empresa tenha um futuro promissor. Portanto, um profissional inovador já desenvolve naturalmente o processo, porém há muitas pessoas que podem desenvolver e mudar o modo de agir e pensar para transformar o futuro.

Quadro 9 – Referentes e expressões anafóricas encapsuladoras do Editorial 3

Referente	Expressão Anafórica Encapsuladora
Carreira l.1	nosso legado profissional. l.27/l.28
o profissional l.1 profissional da atualidade l.16	novo profissional l.24
A premissa l.12	A prática l.17
estabelecer novos relacionamentos l.5 construir relações l.7 coleccionar nomes l.7 encontros entre pessoas l.12	Era da colaboração l.18
agente de conexões l.8	Ajudar as pessoas em qualquer instância l.17/l.18
lógica da conectividade l.11 esse novo modelo l.13 este cultivo l.19	essa competência l.23
Roda giratória l.11	Roda de ações l.14
ajudar as pessoas l.17	contribuir na sociedade l.25
se o profissional está trabalhando ou em busca de recolocação no mercado de trabalho ou se deseja empreender.	esta gestão l.3
não ajuda as pessoas somente pelas posições que elas possuem l.16/l.17	Desta visão l.18
estar conectado e gerar conectividade l.23	algo que pode ser desenvolvido l.24

Fonte: A autora (2019)

As anáforas encapsuladoras destacadas no editorial “O novo profissional deve repensar o modo de se posicionar na sociedade”, retomam a ideia de que as expressões compostas por pronomes, adjetivos e substantivos servem de elementos coesivos no texto. A escolha de tais elementos no texto dá ênfase e contribuem para a organização do editorial que tem como característica o ponto de vista do autor.

Desde o início do editorial percebe-se a seguinte anáfora encapsuladora: *nosso legado profissional* 1.27/1.28 esse elemento refere-se a *carreira* 1.1. Esse elemento contribui para fazer o leitor/ouvinte lembrar o principal da informação, trazendo ao assunto elementos essenciais para a progressão textual. Por isso, a anáfora pode ser considerada como um fenômeno linguístico que possibilita ao leitor o estabelecimento de relações de ordem semântica entre aspectos lexicais do texto, sendo um recurso que auxilia na compreensão das diferentes partes do discurso e seu significado, além de permitir uma construção textual coerente (SILVA, 2008).

Num outro uso de anáfora encapsuladora no editorial percebe-se que o autor utiliza vários substantivos seguidos de adjetivos como no caso de *novo profissional* 1.24, que destaca as escolhas que o autor faz para trazer para dentro do texto aquilo que já havia sido mencionado anteriormente através de outros elementos como: *o profissional* 1.1/*profissional da atualidade* 1.16 direcionando as palavras para um leitor que tem conhecimento de mundo e entende que para ser um profissional inovador deve estar atualizado e acompanhar as mudanças que ocorrem no mercado de trabalho.

Johnson-Laird (1981 apud MARCUSCHI, 2012) considera que o processo de interpretação de sentenças é dependente do conhecimento de mundo e que a reprodução intelectual de um axioma pode tomar a forma de um modelo interno do estado de coisas, caracterizada pela frase e que o autor chama de modelo mental. Assim, emissor e receptor tem de ter um conhecimento de mundo com um certo grau de similaridade.

Como o assunto principal do texto é a conectividade e está relacionando ao meio profissional o autor do editorial traz para o texto os seguintes elementos: *estabelecer novos relacionamentos* 1.5/*construir relações* 1.7/*coleccionar nomes* 1.7/*encontros entre pessoas* 1.12. A escolha dessas expressões faz o autor pensar que tipo de relacionamento o texto está explanando e em sequência vem a anáfora encapsuladora *era da colaboração* 1.18, que foi inserida no texto para mostrar ao leitor a importância da relação no trabalho entre pessoas e ao mesmo tempo o escritor tenta convencer o destinatário sobre o que está escrito.

Na sequência do texto destaca-se: *Ajudar as pessoas em qualquer instância* 1.17/1.18 que tem a função de uma anáfora indireta porque não está retomando uma expressão anterior,

mas sim dá sequência do assunto em questão, *agente de conexões* 1.8. Segundo Conte (2003), a nova expressão referencial que é motivada pelo discurso precedente funciona retroativamente como um recurso de integração semântica. Nesse processo, o sintagma nominal encapsulador produz um nível mais alto na hierarquia semântica do texto, sendo que geralmente aparece no ponto inicial de um parágrafo e exerce uma função organizadora na estrutura discursiva.

Outras opções localizadas no editorial para compor as anáforas encapsuladoras utilizadas pelo autor tem a função de anáfora encapsuladora resumitiva de porções antecedentes como: *lógica da conectividade* 1.11, *esse novo modelo* 1.13, *este cultivo* 1.19. Essas porções funcionam como um recurso coesivo organizando o texto de forma coerente. A expressão *essa competência* 1.23 representa que o texto direciona para o que o praticante das relações de conectividade deve desenvolver em sua carreira e que óbvio nos dias atuais. O emprego do pronome demonstrativo *essa* 1.23 encapsula os termos antecedentes e possibilita resgatar o que já foi dito, pois a escolha do sintagma institui uma correspondência da porção anaforizada de modo sintetizado e comporta a sequência do editorial com nova argumentação. Assim, temos a opção de trazeremos ao foco novamente informações anteriores.

Em outro caso de encapsulamento os termos *roda giratória* 1.11 e *ajudar as pessoas* 1.17 são retomados para o fato de que o autor tenta chamar a atenção do leitor e reforçar o assunto principal que é o a conectividade. A escolha dessas expressões *roda de ações* 1.14/*contribuir na sociedade* 1.25 induz o leitor a pensar que essa medida é eficaz e só funciona se cada um der sua contribuição na área profissional.

Está em destaque no texto o pronome demonstrativo *esta gestão* 1.3 e *desta visão* 1.18 que além de fazerem a retomada de antecedentes funcionam como elementos resumitivos que servem para dar organização ao texto. Sobre isso, pode-se citar o estudo de Pacheco (2015) o qual destaca que as anáforas resumem porções textuais de extensão variada, desempenhando uma importante função na dinâmica textual. O autor ressalta que elas introduzem um novo referente discursivo ao texto, que se torna um argumento de predicções posteriores, ao mesmo tempo em que o sintagma nominal encapsulador ao ser novo, não figura no contexto.

Ao finalizar o texto o autor do editorial apresenta a expressão referente: *estar conectado e gerar conectividade* 1.23 chamando a atenção do leitor sobre a ideia central e trazendo para o foco de que para ser bem-sucedido na carreira profissional não basta estar conectado, mas sim gerar conectividade com outros profissionais. E, encapsula o termo com a anáfora encapsuladora, *algo que pode ser desenvolvido* 1.24, designando esse termo no texto

para dizer que tal conexão não é algo pronto, mas que pode ser desenvolvido por profissionais que atuam na área e querem ser bem-sucedidos e estarem atualizados.

O encapsulamento exige do destinatário conhecimentos contextuais que o auxiliem na compreensão. Isso mostra que é necessário ir além do domínio linguístico e ter o conhecimento de mundo que é importante para o processo de compreensão do texto, onde emissor e receptor têm de ter conhecimentos com certo grau de similaridade. O conhecimento partilhado determina a estrutura informacional do texto em termos, do que se convencionou chamar de dado novo, sendo que essa noção pode apresentar oscilações no decorrer do tempo envolvendo a visão de texto e um conjunto de instruções que um falante oferece a um ouvinte a partir de um modelo de discurso particular (PRINCE, 1981 apud KOCH; TRAVAGLIA, 1993).

Constatamos no editorial o fator da coerência que se dá em torno da organização interna do texto dando destaque as anáforas encapsuladoras. Esse elemento se faz necessário para o bom entendimento do texto, principalmente os que não estão explícitos. Sendo assim, é preciso desenvolver nossos conhecimentos e assim dar sentido ao texto.

O encapsulamento é considerado por Koch (2008) como um processo de complexificação que (re)constrói o conteúdo pré-mencionado como uma entidade discursiva unificada. Esse processo desempenha uma função central no estabelecimento da coerência textual, fazendo com que as anáforas encapsuladoras assumam um papel sociocognitivista, sendo que os meios social, cultural e histórico influenciam sua elaboração e na construção de seu sentido.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou analisar as anáforas textuais no gênero editorial, destacando o processo de referenciação como um mecanismo de coesão e coerência, além de ser um recurso linguístico importante para a construção do discurso. No âmbito da referenciação, as atividades de construção, categorização e recategorização funcionam como instrumento para que ocorra a progressão e a coerência textual. Quando os interlocutores têm conhecimento acerca desse processo, há um entendimento acerca dos sentidos, fazendo com que estas expressões sejam elementos marcantes no texto.

Nesse sentido, ao estudar os princípios metodológicos da Linguística Textual, a fim de encontrar amparo teórico-metodológico para analisar o recurso da referenciação (anáfora encapsuladora), realizou-se um percurso histórico da Linguística de Texto. Nesse contexto, foram discutidas as pesquisas linguísticas que se limitavam ao estudo da frase, passando para a gramática de texto e, posteriormente, ao texto, abordando aspectos linguísticos e fatores contextuais. Também nessa parte da pesquisa verificou-se os elementos teóricos que orientam os fatores da textualidade e como cada um é responsável pela estruturação e construção do sentido do texto.

Para compreender como se estabelecem as formas anafóricas, especialmente como acontece a construção de sentido nas anáforas encapsuladoras para a organização textual fez-se uma incursão teórica destacando o encapsulamento como um elemento que agrega fatores extralinguísticos, isto é, o contexto com a situação real no ato da comunicação. Desse modo, a referenciação é apresentada como um processo contínuo através dos aspectos discursivos, adaptando-se a cada situação seja ela social ou cultural. Nessa etapa da pesquisa, foi possível identificar as principais características de cada tipo anafórico, enfatizando como cada um agrega sentido, coesão e coerência ao longo do discurso.

Ao buscar evidenciar o uso e a função das anáforas encapsuladoras no estudo do gênero textual, enfatizando o gênero editorial como *corpus* de análise, fez-se a análise de três textos publicados no Jornal Zero Hora, considerando o estudo das anáforas encapsuladoras, pronominais e do valor axiológico, possibilitando a progressão pela retomada dos referentes. Em cada análise foi possível perceber o papel que esse recurso apresenta, sendo um elemento coesivo referencial que possibilita o estabelecimento de significativas conexões que promovem uma sequência lógica e coerente no texto.

Especialmente no gênero em análise, verifica-se que o uso da anáfora encapsuladora é muito comum na construção dos editoriais, possibilitando uma argumentação lógica e uma

progressão comunicativa adequada. O fato desse gênero textual emitir uma opinião, faz com que o uso das anáforas se torne um recurso eficiente, oportunizando a recuperação de expressões e dando ao autor a possibilidade de estruturar o texto de modo que conduza o leitor ao foco do discurso. Consoante com a fundamentação teórica e a análise do *corpus*, foi possível mostrar como as anáforas recuperam o referente, atuando diretamente na progressão e coesão textual, contribuindo para o sentido do texto. O uso adequado desse instrumento serve como um suporte, consistindo num fator decisivo para a construção do entendimento e compartilhamento de interações entre locutor e interlocutor.

Respondendo à problemática da pesquisa, cumpre salientar que as relações anafóricas, em especial a anáfora encapsuladora, constroem sentido no texto do gênero editorial, estabelecendo as cadeias tópicas e referenciais que organizam a coesão e a coerência do texto evidenciando sua textualidade. Isso pode ser evidenciado na medida em que os referentes são retomados ao longo desse texto por meio de elementos anafóricos encapsuladores ora funcionando como rótulos que retomam segmentos anteriores, ora apenas orientando o interlocutor para que faça conclusões pertinentes sobre o discurso no contexto.

Vale lembrar que na perspectiva da linguística textual, os estudos sobre o texto são relevantes e podem contribuir nas aulas de Língua Portuguesa, tendo em vista que o texto é uma unidade que alia forma e sentido, podendo ser falado ou escrito, e que agrega um conjunto de propriedades e características de textualidade. Desse modo, a intenção deste trabalho foi construir uma possibilidade de avaliação dos mecanismos de uso anafórico, destacando sua importância para a análise da narrativa e do estudo das marcas linguísticas.

Portanto, é possível afirmar a relevância do estudo da referenciação no âmbito da disciplina de Língua Portuguesa, tornando-se estratégia para a construção e compreensão textual. Cabe aos professores apresentar o funcionamento e uso das anáforas e como elas tornam-se instrumentos para a organização da argumentação em diferentes gêneros textuais, inclusive os editoriais, objeto deste estudo. Isso permite que a sala de aula se torne um espaço de construção de conhecimentos linguísticos que possibilitará trazer uma melhoria na produção de textos a partir de uma maior organização das sequências textuais, incrementando a capacidade de argumentação e sumarização de ideias por meio da referenciação. Além disso, convém ressaltar que no texto as palavras podem estar relacionadas a um contexto, sendo que sua interpretação exige a valorização do sentido além daquilo que está escrito. Nessa perspectiva, cabe ao professor trabalhar a questão dos referentes como forma de possibilitar ao aluno condições de perceber as inferências presentes, valorizando aspectos sociais e interativos, promovendo assim o verdadeiro significado do texto.

REFERÊNCIAS

- ALVES FILHO, F.; SILVA, L. S.; ALEXANDRE, L. R. B. Relações de imbricação entre Gêneros do discurso e referenciação no Jornal Folha de S. Paulo. *Veredas On Line*, n. 1, p. 222-237, 2011.
- APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, Mônica Magalhães; RODRIGUES, Bernadete Biasi (Org.). *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003.
- BENTES, A. C. Linguística textual. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. v. 2. São Paulo: Cortez, p. 245-288, 2001.
- BERTUCCI, R. A. Anáforas encapsuladoras: uma análise em textos de opinião. *Revista Letras*, Curitiba, n. 70, p. 207-221, set./dez. 2006.
- BEZERRA, L. M. D.; PINTO, L. Y. G.; LIMA, M. G. P. A referenciação na escrita acadêmica: uma análise de anáforas encapsuladoras em monografias produzidas por alunos do curso de Letras da UERN/campus de Pau dos Ferros. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 05, n. 01, p. 269-282, jan./jun. 2016.
- CARDOSO, A. S.; ROCHA, J. F. S.; CARDOSO, D. P. *Anáfora indireta e rotulação em editoriais*. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, São Cristóvão/SE, set. 2012. Disponível em: http://www.educonse.com.br/2012/eixo_12/PDF/3.pdf. Acesso em: 17 out. 2018.
- CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2013.
- _____; BRITO, M. A. P. Anáforas encapsuladoras – traços peculiares aos rótulos. *Revista de Letras*, n. 32, v. 1, p. 29-36, jan./jun. 2013.
- _____; SANTOS, L. W. Referenciação e marcas de conhecimento partilhado. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, SC, v. 12, n. 3, p. 657-681, set./dez. 2012.
- _____; MESQUITA, L. L. Argumentação e polifonia em anáforas encapsuladoras. *Letras Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n 1, p. 55-63, jan./mar.2011.
- _____. Anáfora e dêixis: quando as retas se encontram. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (orgs). *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p.125- 149.
- _____. Expressões referenciais – uma proposta classificatória. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 44, 2003.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHAVES, J. F.; DELLA MÉA, C. H. P. O papel da anáfora indireta na progressão textual. *Disc. Scientia. Série: Artes, Letras e Comunicação*, Santa Maria, v. 7, n. 1, p. 137-158, 2006.

CONTE, M. E. Encapsulamento anafórico. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org). *Referenciação - Clássicos da Linguística*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 177-190.

_____. *La linguística testuale*. Milano: Feltrinelli Económica, 1977.

FAGUNDES, A. D. S. Diga não ao trabalho infantil. *Jornal Zero Hora*. Publicado em: 11/10/2018. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opinia/noticia/2018/10/diga-nao-ao-trabalho-infantil-cjn4ujt6r049p01pim6uxg4jr.html>>. Acesso em: 15 out. 2018.

FÁVERO, L. L. *Coessão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991.

GURPILHARES, M. S. S.; QUINTANA, F. A. C. Literatura e linguística, uma interface: as anáforas associativas e a construção do sentido no gênero discursivo “poema”. *Ângulo*, v. 129, p. 33-39, abr./jun., 2012.

HAAG, C. R.; OTHERO, G. A. O processamento anafórico: um experimento sobre a resolução de ambiguidades em anáforas pronominais. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v. 4, n. 1, p. 65-80, jul./dez. 2003. (a)

_____; _____. Anáforas associativas nas análises das descrições definidas. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL*. v. 1, n. 1, agosto de 2003. (b)

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. *A coerência textual*. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

_____. *Introdução à linguística textual*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2009.

_____. Como se constroem e reconstroem os objetos do discurso. *Investigações*, Recife, v. 21, p. 99-114, 2008.

_____; ELIAS, V. M. *Ler e compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Introdução à linguística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. (a)

_____. Sobre a seleção do núcleo das formas nominais anafóricas na progressão referencial. In: FOLTRAN, M. J. NEGRI, L.; OLIVEIRA, R. P. *Sentido e significação: em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 244-262. (b)

_____. Linguagem e cognição: a construção e reconstrução de objetos-de-discurso. *Veredas: Revista de Estudos Linguísticos*, Juiz de Fora, v. 6, n. 1, p. 9-161, 2002.

_____; MARCUSCHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. *Delta*, 14, nº especial, 1998, p. 169-190.

_____. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____; TRAVAGLIA, L. C. *Texto e coerência*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

_____. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. *Argumentação e linguagem*. São Paulo, Cortez, 1984.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LUNARDI, G. R.; FREITAS, E. C. O encapsulamento anafórico como recurso argumentativo em reportagem jornalística e artigo de opinião. *Visão Global*, Joaçaba, Edição Especial, p. 49-72, 2012.

MACHADO, D. Z. *Estudo léxico-estereotípico: o fundamento semântico das anáforas associativas*. Tese de Doutorado. Doutorado em Letras. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

MARCUSCHI, L. A. *Linguística de texto: o que é e como se faz?* São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

_____. *Produção textual, análise de gênero e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas ancoras. In: KOCH, I, G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A.C. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. et al. *Gêneros textuais e ensino*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 19-36.

_____. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. *Revista Letras*, Curitiba, n. 56, p. 217-258. jul./dez. 2001.

_____. *Aspectos linguísticos, sociais e cognitivos da produção de sentido*. 1998, (mimeo).

_____. *Coesão e coerência na conversação*. Recife, UFPE, versão preliminar datilografada, 1988.

_____. *A linguística do texto: o que é e como se faz*. Recife UFPE, 1983.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (org). *Referenciação*. Clássicos da linguística 1. São Paulo: Contexto, 2003, p.17-52.

MATTOS, N. Casa do futuro já é realidade. *Jornal Zero Hora*. Publicado em 05/07/2015. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/09/05/artigo-casa-do-futuro-ja-e-realidade/>>. Acesso em: 05 jan. 2019.

MORAES, R. M. C. M. Da anáfora à ‘anáfora indireta’: correferencialidade e inferência. *Cadernos do CNLF*, v. XV, n. 5, t. 2. p. 1560-1570, 2011.

PACHECO, L. M. O encapsulamento anafórico em textos do gênero artigo de opinião. *Polifonia*, Cuiabá, MT, v. 22, n. 31, p. 462-487, janeiro-junho, 2015.

PANTE, M. R.; BAZZA, A. B. Anáforas nominais: um processo de referência N’orto do Esposo (fins do século XIV e começo do XV). *Soletras*, a. VIII, n. 15. p. 107-118, jan./jun.2008.

PAOLINELLI, H. A. M.; COSTA, S. R. *Práticas de leitura/escrita em sala de aula*. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno09-13.html>>. Acesso em: 29 dez. 2006.

PEREIRA, R. M. F.; ROCHA, T. F. *Discurso midiático: análise retórico-jornalística do gênero editorial*. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2006.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

SCHIMDT, S. J. *Linguística e teoria do texto*. São Paulo: Pioneira, 1978.

SILVA, A. A leitura e o processamento da anáfora conceitual. *Linguagem em (Dis)curso - LemD*, v. 8, n. 2, p. 265-287, maio/ago. 2008.

SILVA, C. L. M. *O trabalho com charges na sala de aula*. Disponível em: <http://www.unisc.br/cursos/pos_graduacao/mestrado/letras/anais_2coloquio/charges_sala-de-aula.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2006.

SILVEIRA, G. Anáfora: algumas considerações sintáticas e semânticas. *Working Papers em Linguística*, UFSC, n. 3, p. 116-128, 1999.

SOUTO, R. O novo profissional deve repensar o modo de se posicionar na sociedade. *Jornal Zero Hora*. Publicado em 31/01/2019. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2019/01/o-novo-profissional-deve-repensar-o-modo-de-se-posicionar-na-sociedade-cjrl05mu0020s01q9u5t7scpo.html>> Acesso em: 03 fev. 2019.

TEIXEIRA, T. G.; FUZER, C. Uma proposta de análise de editorial como gênero textual. *Linguagens & Cidadania*, v. 13, jan./dez., 2011.

VERCEZE, R. M. A. N. A progressão referencial e o uso da anáfora indireta na fala de adolescentes. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 369-380, set.-dez. 2009.